

Revista da CGU

Brasília • Volume 8 • Nº 12 • Jan/Jun 2016



Ministério da Transparência, Fiscalização e
Controladoria-Geral da União

Revista da CGU

Brasília • Volume 8 • Nº 12 • Jan/Jun 2016

Ministério da Transparência, Fiscalização e
Controladoria-Geral da União

Torquato Jardim

Ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

Wagner de Campos Rosário

Secretário-Executivo do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

Francisco Eduardo de Holanda Bessa

Secretário Federal de Controle Interno

Gilberto Waller Júnior

Ouvidor-Geral da União

Waldir João Ferreira da Silva Júnior

Corregedor-Geral da União

Claudia Taya

Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção

Revista da CGU / Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
Semestral

https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista_da_CGU/index

ISSN: 1981-674X

I. Administração. Administração Pública. Controladoria Aplicada ao Setor Público.

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

Setor de Autarquias Sul (SAS), Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro.

CEP: 70070-905– Brasília/DF

Telefone: (61)2020-6826

E-mail: revista@cgu.gov.br

www.cgu.gov.br

Índice

Marco normativo anticorrupção: desafios para implantação de compliance

Anti-corruption regulatory framework: challenges for implementation of compliance

Veruska Sayonara de Góis
Antônia Edneuma dos Santos
Ianara Maressa Macedo da Rocha

229

Modelo organizacional do controle interno do Poder Executivo Federal: uma breve análise das propostas de emenda à Constituição em trâmite no Congresso Nacional

Organizational model of the internal control of the Federal Executive Power: a brief review of proposed amendment to the Constitution pending in the National Congress

Djalma Peçanha Gomes
Elcio Gustavo Benini

247

Reconhecimento de haveres e obrigações a longo prazo decorrentes da contagem recíproca de tempo de contribuição

Recognition of assets and liabilities arising from long-term count mutual of timework for retirement purposes

Marcial Ramão Perez
Ducineli Régis Botelho

275

Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a tendência de despesas públicas do estado de Santa Catarina: evidências no período 1995-2010 segundo critérios da OCDE

Effects on the Fiscal Responsibility Act on the trend of public expenses of the state of Santa Catarina: evidences of the period 1995-2010 according to the criteria of OCDE

Leandro Morais de Morais
Ernesto Fernando Rodrigues Vicente
Gueibi Peres Souza

311

Combate à corrupção e aprimoramento da gestão: a dualidade do controle interno no Brasil

Fight against corruption and improve management: the duality of internal control in Brazil

Cesar Augusto Marx

351

Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a tendência de despesas públicas do estado de Santa Catarina: evidências no período 1995-2010 segundo critérios da OCDE¹*

Effects on the Fiscal Responsibility Act on the trend of public expenses of the state of Santa Catarina: evidences of the period 1995-2010 according to the criteria of OCDE

Leandro Morais de Morais**

Ernesto Fernando Rodrigues Vicente ***

Gueibi Peres Souza****

Resumo

Neste artigo adota-se a posição de que as regras fiscais são relevantes e devem ser incorporadas ao processo de análise e discussão do comportamento das finanças públicas, utilizando-se o enfoque da Contabilidade Patrimonial e critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Após uma breve revisão da literatura e inserção do caso brasileiro, propõe-se a seguinte pergunta: qual foi o efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre a dinâmica das despesas públicas orçamentárias do Estado de Santa Catarina no período 1995-2010, analisadas à luz de critérios da OCDE? O estudo investiga, então, se essa relação se sustenta empiricamente. Para isso, estimou-se um modelo estocástico com dados de séries temporais para o Governo Estadual de Santa Catarina no período 1995-2010, que inclui uma variável *dummy* para a adoção da LRF, além de variáveis econômico financeiras e demográficas. Os resultados demonstram que houve um crescimento real da despesa pública total da ordem de 29%. Por outro lado, não houve a quebra estrutural de nenhum dos modelos estatísticos testados. Portanto, infere-se que a LRF brasileira não alterou a tendência linear de despesas realizadas em 7 funções desempenhadas e intui-se que existe espaço para aperfeiçoamentos nas regras fiscais brasileiras vigentes.

Palavras-chaves: Despesas Públicas; Regras Fiscais; Contabilidade aplicada ao Setor Público.

¹ Este artigo recebeu menção honrosa no Prêmio Chico Ribeiro de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público. IV Congresso Internacional de Custos de Qualidade do Gasto no Setor Público - Categoria Relato de Experiências. Brasília: CFC, ESAF, MF, SOF e STN, 2014.

Abstract

In this article the position is adopted that the fiscal rules are relevant and they should be incorporate to the analysis process and discussion of the behavior of the public finances, being used the focus of the Patrimonial Accounting and criteria of the Organization for the Cooperation and Economical Development (OCDE). After an abbreviation revision of the literature and insert of the Brazilian case, intends the following question: Which was the effect of the Law of Fiscal Responsibility (LRF) on the dynamics of the budget public expenses of the State of Santa Catarina in the period 1995-2010, done analyze to the light of criteria of OCDE. The study investigates, then, if that relationship is sustained empirically. For that, he/she was considered a model stochastic with data of temporary series for the State Government from Santa Catarina in the period 1995-2010, that it includes a variable "dummy" for the adoption of LRF, besides financial and demographic economical variables. The results show that there was a real growth of total public expenditure of 29 % order. On the other hand, no structural breakage of any of the statistical models tested. Therefore, the Brazilian LRF is inferred that did not change the linear trend of expenditure in 7 functions performed and intuitus that there is room for improvement in the existing Brazilian fiscal rules.

Keywords: Public Expenditure; Fiscal Rules; Accounting applied to the Public Sector.

* *Artigo enviado em 05/01/2016 e aceito em 07/06/2016.*

** *Mestre em Contabilidade pela UFSC, Auditor Interno do Poder Executivo na Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina.*

*** *Doutor em Administração pela FEA-RP/USP, Professor do Departamento de Ciências Contábeis da UFSC.*

**** *Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC, Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.*

I. Introdução

Historicamente, as regras fiscais se disseminaram pelo mundo a partir da segunda metade dos anos 1990 e primeiros anos do século XXI. Tanto os recorrentes *deficits* orçamentários observados em todos os tipos de economias (avançadas, emergentes e em países com baixa renda), e seu impacto negativo sobre as finanças públicas, quanto as recentes crises econômicas têm impulsionado esse processo (Morais, 2013).

No caso brasileiro, observa-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) brasileira, que regulamentou os artigos 163 e 169 da Constituição Federal (1988), desde o ano de 2000 é o principal instrumento legal que estabelece, para todos os entes federados brasileiros normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com vistas ao equilíbrio das contas públicas (Brasil, 2000).

A LRF brasileira foi construída a partir de modelos internacionais, contemplando conceitos contidos em modelos implementados na Europa, Nova Zelândia e Estados Unidos, além de englobar três níveis de regras fiscais: (i) regras gerais; (ii) regras mais rígidas para fins de mandatos (ciclos políticos); e (iii) flexibilidade em casos especiais: desaceleração de atividade econômica ou crescimento negativo do PIB, estado de defesa, de sítio ou calamidade pública e mudanças drásticas na política monetária e cambial (arts. 65 e 66 da LRF) (Brasil, 2000).

Em termos gerais, a LRF estabeleceu como “teto” para as relações despesa total com pessoal (DTP) e receita corrente líquida (RCL) dos Estados brasileiros o limite de 60% da RCL. Por outro lado, buscando-se evitar o endividamento crescente dos entes federados estipulou-se, por meio da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, uma relação máxima de 200% entre a dívida consolidada líquida (DCL) e a mesma RCL.

Adicionalmente, destaca-se que a LRF estabeleceu a necessidade de cumprimento de metas fiscais anuais e de apresentação de relatórios bimestrais, quadrimestrais ou semestrais, que, em princípio, visam permitir que o acompanhamento do comportamento das finanças públicas seja realizado tanto pelos governos quanto pela sociedade em geral.

Todavia, ainda existe uma lacuna quanto ao conhecimento dos efeitos práticos da LRF brasileira sobre o comportamento das despesas públicas de Estados brasileiros, sobretudo no tocante às questões críticas levantadas por Alesina e Bayomi (1996): (i) essas regras são realmente eficazes no tocante à disciplina fiscal, ou seja, essas regras não são “contornáveis” por meio de *creative accounting*?; (ii) considerando-se que as regras sejam efetivas, os benefícios em termos de disciplina fiscal superam os custos originados pela perda de flexibilidade quanto à condução da política fiscal?

Nesse contexto, este estudo pretende responder à seguinte pergunta de pesquisa: Qual foi o efeito da LRF sobre a tendência de realização das despesas públicas orçamentárias do Estado de Santa Catarina no período 1995-2010, analisadas à luz de critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para tanto, estruturou-se este estudo da seguinte forma: a partir desta seção introdutória, apresenta-se uma breve revisão da literatura sobre as despesas públicas e as regras fiscais. A seguir, apresentam-se a metodologia aplicada nesta pesquisa e, por fim, os resultados encontrados, que apontam para a necessidade de discussão sobre a atual forma de relato e apresentação dos gastos públicos e de sua relação com a dívida pública, além de questões sobre adequações e ajustes nos atuais mecanismos de controle da expansão de gastos públicos em geral e em especial aos impactos relativos aos gastos previdenciários, que exercem pressão sobre a função Proteção Social.

2. Referencial teórico

Governos utilizam os recursos públicos produzindo e comprando bens e serviços destinados à execução de suas funções típicas: ordem e segurança pública, educação e saúde, por exemplo, e em programas de redistribuição de renda, tais como as transferências (condicionadas ou não), as aposentadorias e pensões e o seguro desemprego (OECD, 2009).

Em síntese, esse complexo processo pode ser representado por intermédio da Figura 1, que apresenta a estrutura governamental moderna a partir dos seus cinco componentes principais: receitas, *inputs* (insumos), processos, *outputs* (produtos) e *outcomes* (resultados).

Figura 1. Estrutura Governamental



Fonte: OECD (2009)

Essa forma de apresentação das atividades do setor público é empregada, de forma mais usual, em países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é um órgão internacional e intergovernamental que reúne os países mais industrializados e também alguns emergentes como México, Chile e Turquia. Apesar de o Brasil não ser membro da OCDE, o país participa do programa de *enhanced engagement* (engajamento ampliado) que permite a participação em Comitês da Organização (OECD, 2013).

Adicionalmente, observa-se que os ciclos econômicos e a escassez de recursos tendem a obrigar os governos a escolherem quais bens e serviços serão fornecidos prioritariamente, o que faz surgir um *trade off* natural

entre a maximização da taxa de crescimento econômico ou de bem estar individual da população (Agenor e Neanidis, 2011).

Nesse contexto, as teorias que procuram compreender a dinâmica das despesas públicas centram-se, principalmente, nos quatro últimos componentes da estrutura (*inputs*, processos, *outputs* e *outcomes*) e pautam-se na compreensão dos seus determinantes e dos seus efeitos.

2.1 Principais teorias sobre as despesas públicas

A discussão sobre os determinantes e efeitos das despesas públicas acentua-se a partir dos estudos seminais de Wagner (1883). Recentemente, além do reflexo do aumento da renda per capita sobre as despesas públicas, distúrbios sociais, fatores populacionais, bem como político institucionais têm sido indicados como capazes de afetar a política fiscal dos governos, conforme apresenta a Tabela 1:

Tabela 1. Teorias sobre as despesas públicas

Autor(es)/ano	Teoria	Pressupostos
Adolfo Wagner (1883)	Lei de Wagner	Associa o crescimento dos gastos públicos ao crescimento do PIB. Três tipos de razões que levaram Wagner a elaborar a sua hipótese: (i) associação entre o crescimento das funções administrativas e de segurança, e o próprio número de bens públicos, ao processo de industrialização e complexidade da vida urbana; (ii) aumento das necessidades vinculadas ao bem estar social, a exemplo das necessidades vinculadas à educação e saúde; (iii) desenvolvimento de monopólios, decorrentes de modificações tecnológicas e da crescente necessidade de vultosos investimentos para a expansão de alguns setores industriais, cujos efeitos negativos teriam que ser reduzidos por meio de intervenção governamental no processo produtivo (REZENDE, 2001).
Peacock e Wiseman (1961)	Estudos de Peacock e Wiseman	Distúrbios sociais (guerras, depressão econômica e hiperinflação) são capazes de provocar o efeito "deslocamento". Menção sobre a inclusão de outros fatores na análise, a exemplo dos populacionais.
Buchanan e Tullock (1962) e associados	Teoria da Escolha Pública	O entendimento sobre o funcionamento da burocracia, de grupos de interesse e do seu papel no desenho das políticas, das restrições constitucionais à ação dos governos, e das instituições, regras e procedimentos associados ao sistema político formal (partidos políticos, sistemas eleitorais, regras de tomada de decisão coletiva, etc.) fornece uma visão mais clara e mais realista do funcionamento do setor público.
Musgrave (1976)	Teoria das necessidades públicas	Falhas de mercado impulsionam a intervenção governamental. O processo de alocação de recursos públicos baseia-se em necessidades públicas (sociais versus meritórias)
Alesina et al. (1999)	Teoria dos determinantes políticos	A polarização da política alocativa dos governos e a estrutura dos sistemas eleitorais constituem determinantes políticos dos <i>déficits</i> orçamentários e da relação dívida/PIB. A expansão da abrangência da atuação estatal combinada com uma eventual ausência de clara priorização quanto à política de alocação de recursos tende a "dispersar" e "pulverizar" a distribuição de recursos, o que contribui com a expansão das despesas públicas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se, portanto, que a literatura especializada aponta como determinantes das despesas públicas os distúrbios sociais, fatores econômicos (PIB e falhas de mercado), populacionais e políticos institucionais.

Nesse sentido, observa-se que em decorrência do uso inapropriado de recursos públicos e das crises financeiras e econômicas que atingem os Entes públicos, as despesas públicas passaram a ser, gradualmente, foco da atenção de acadêmicos, governantes e demais atores sociais. As regras fiscais resultam desse processo de amadurecimento no trato de recursos públicos.

2.2 Regras Fiscais

Para Poterba (1994), Estados que possuem regras fiscais (constitucionais ou legais) rígidas apuram *déficits* com maior dificuldade e se ajustam fiscalmente com maior rapidez quando as receitas ficam aquém do esperado ou as despesas superam as projeções.

Nessa mesma linha, Von Hagen e Wolff (2006) destacam que as regras fiscais visam restringir o comportamento dos governos por meios de limitações aos *déficits* excessivos, contribuindo tanto com a estabilidade quanto com o crescimento econômico.

Schaechter et al. (2012) afirmam, ainda, que as regras fiscais impõem uma restrição de longa duração sobre a política fiscal, por intermédio de limites numéricos vinculados aos agregados orçamentários.

Nesse sentido, estudos empíricos realizados por Eichengreen (1992), Alt e Lowry (1994), Poterba (1994), Bayoumi e Eichengreen (1995), Bohn e Inman (1996) e Alesina et al. (1999) analisaram como diferentes regras fiscais afetavam as posições fiscais de Estados Norte Americanos e de países da América Latina e constataram que a natureza dos procedimentos orçamentários influencia, fortemente, os resultados fiscais. Entretanto, embora evidências empíricas sugiram que as regras fiscais sejam um fator de sucesso para o ajuste fiscal, não é simples avaliar essa causalidade (Debrun et al., 2008).

Schaechter et al. (2012) pontuam que, provavelmente, a experiência precursora tenha sido o Tratado de *Maastricht* (1992), que estabeleceu as condições para a entrada na União Monetária Europeia, incluindo limites de endividamento (no máximo 60% do PIB) e tetos para o *déficit* público (até 3% do PIB). Também relevante é a experiência dos Estados Unidos, com o *Budget Enforcement Act* (1990) no governo federal e de vários de seus Estados. Ainda há os casos do Reino Unido, da Nova Zelândia e de diversos países da América Latina (Schaechter et al., 2012). Por outro lado, a exigência para que as esferas subnacionais participem mais efetivamente do esforço de equilíbrio fiscal tem se ampliado. É o caso do Brasil, da Índia e da Rússia (Brasil, 2008b; Viswanathan, 2005).

A Tabela 2 apresenta os (principais) mecanismos de responsabilidade fiscal utilizados por países da OCDE.

Tabela 2. Mecanismos de responsabilidade fiscal utilizados em países da OCDE

Tipo de regra	Atributos
Relação dívida pública /PIB	Tipo de regra mais eficaz no tocante à convergência para a meta da dívida. No entanto, os níveis de dívida levam tempo para serem impactados por medidas orçamentárias, portanto, essas regras não fornecem clara orientação para a política fiscal de curto prazo. A dívida também pode ser afetada por fatores exógenos (fora do controle do governo), tais como mudanças nas taxas de juros e taxa de câmbio, bem como operações de financiamento "abaixo da linha" (tais como as medidas de apoio ao setor financeiro através de garantias), que poderiam implicar numa necessidade (irreal) de grandes ajustes fiscais (Schaechter et al., 2012).
Equilíbrio orçamentário	Regras visando o equilíbrio orçamentário podem ser especificadas por: (i) regras para equilíbrio global, (ii) equilíbrio estrutural ou (iii) ajustado ciclicamente, e (iv) equilíbrio "sobre o ciclo" ("over the cycle"). Enquanto o primeiro tipo de regra não têm características de estabilização econômica, os outros três visam, explicitamente, combater os choques econômicos.
Regras para despesas	Definem limites para a despesa total, primária ou corrente. Tais limites são normalmente definidos em termos absolutos ou de taxas de crescimento e, ocasionalmente, em percentagem do PIB. Um exemplo deste tipo de regra são os mecanismos tipo <i>pay-as-you-go</i> - quaisquer aumentos nas despesas diretas (encargos governamentais), quanto nas receitas, resultantes de ações legislativas, passam a ser compensadas por outras ações legislativas - recentemente introduzidos no Japão e nos Estados Unidos, para um horizonte de tempo que varia, geralmente, entre três a cinco anos.
Regras para receitas	Definem tetos ou pisos sobre as receitas e são destinadas a aumentar o recolhimento de receitas e/ou prevenir uma carga fiscal excessiva. A configuração de tetos ou pisos sobre a receita pode ser um desafio quando as receitas tenham um grande componente cíclico, oscilando amplamente segundo o ciclo de negócios. No entanto, como as regras de despesa, podem atingir diretamente o tamanho do governo.

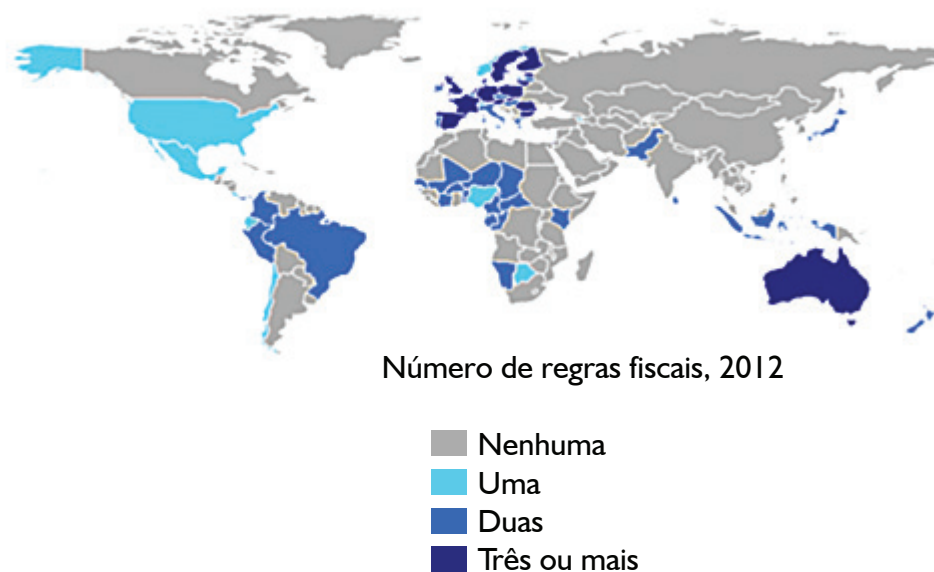
Fonte: Adaptado de Schaechter et al. (2012).

Esses mecanismos possuem funções individuais que podem ser combinadas. Por exemplo, uma regra de dívida combinada com uma regra de despesa forneceria um elo para a sustentabilidade da dívida e ao mesmo tempo contribuiria nas decisões operacionais dos formuladores de políticas a curto e médio prazos, permitindo alguma contenção cíclica e o controle do tamanho do governo (Schaechter et al., 2012).

Contudo, o uso de regras fiscais gera algumas preocupações: o reduzido espaço para ajustes em casos de choques potenciais, riscos de distração quanto às prioridades de gastos ou a possibilidade de se minar a transparência em função de supostos incentivos para a contabilidade criativa (Kumar et al., 2009).

Schaechter et al. (2012), observando a importância dessas regras para a sociedade moderna realizaram um levantamento sobre o quantitativo de regras fiscais numéricas implementadas por estados nacionais e subnacionais, sintetizado na Figura 2.

Figura 2. Países com regras fiscais (nacionais e subnacionais) em março de 2012



Fonte: Schaechter et al. (2012).

A Figura 2 nos mostra que a ausência de regras fiscais numéricas estava presente tanto nos governos centrais de economias desenvolvidas (Canadá e China) quanto naqueles tipos de governo de economias emergentes (Índia) e LICs, do inglês *Low Income Countries* (LICs), (países da África). A Tabela 3 complementa a abordagem expondo os tipos de regras fiscais em vigor em governos centrais de países da OCDE em 2007.

Tabela 3. Tipos de regras fiscais de governos centrais em vigor em 2007

País	Despesas (15)	Equilíbrio (20)	Dívida (17)	Receitas (4)
Austrália				
Áustria		X	X	
Bélgica		X	X	
Canadá	X			
Rep. Theca	X			
Dinamarca	X	X		X
Finlândia	X	X	X	
França	X	X	X	X
Alemanha		X	X	
Grécia		X	X	
Hungria				
Islândia	X			
Irlanda		X	X	
Itália	X	X	X	
Japão	X	X	X	
Coréia do Sul				

País	Despesas (15)	Equilíbrio (20)	Dívida (17)	Receitas (4)
Luxemburgo	X	X	X	
México	X	X	X	X
Holanda	X	X	X	X
Nova Zelândia				
Noruega		X		
Polônia		X	X	
Portugal		X	X	
Rep. Eslovaca	X	X	X	
Espanha	X	X	X	
Suécia	X	X		
Suíça	X			
Turquia				
Reino Unido		X	X	
Estados Unidos				

Fonte: Adaptado de OECD (2009).

Observa-se que o principal tipo de regra fiscal implementada pelos países apresentados na Figura 2 e na Tabela 1 vincula-se ao equilíbrio orçamentário (*budget balance*). Na sequência, vieram as regras sobre a dívida pública. Em seguida, aparecem as regras a respeito das despesas públicas. Países como Dinamarca, França e Suécia já possuíam este último tipo de regra em 1998.

Finalmente, em apenas cinco países e somente a partir de 2001 observa-se que foram implementadas regras sobre as receitas públicas. Segundo a OCDE (2009) e Schaechter *et al.* (2012), somente os governos centrais da Dinamarca, França, México, Holanda e Lituânia dispunham deste tipo de mecanismo em 2012.

A Tabela 4 destaca outras características de algumas regras fiscais e expõe os principais eventos que podem gerar choques econômicos.

Tabela 4. Características de algumas regras fiscais

País e Data	Desastres Naturais	Recessão Econômica	Quebras Bancárias	Mudanças no Governo	Eventos fora do controle do Governo
Brasil (2000)	X	X	-	-	-
Colômbia (2011)	-	X	-	-	X
Alemanha (2010)	X	X	-	-	X
Jamaica (2010)	X	X	-	-	X
I. Maurício (2008)	X	X	-	-	X
México (2006)	-	X	-	-	-
Panamá (2008)	X	X	-	-	X
Peru (2000)	X	X	-	-	X
Romênia (2010)	-	X	-	X	X

Pais e Data	Desastres Naturais	Recessão Econômica	Quebras Bancárias	Mudanças no Governo	Eventos fora do controle do Governo
R. Slovaca (2012)	X	X	X	-	X
Espanha (2002)	X	X	-	-	X
Suíça (2003)	X	X	-	-	X
União Européia (2005)	-	X	-	-	-
WAEMU (2000)	-	X	-	-	-

Fonte:Elaborado a partir de Schaechter et al. (2012).

A partir da Tabela 2, na qual a *West African Economic and Monetary Union* (WAEMU) representa um grupo regional composto por países da África ocidental, observa-se que muitas regras fiscais em vigor em 2012 não abordavam assuntos como: quebras financeiras em sistemas bancários, mudanças no governo ou na cobertura dos orçamentos públicos, por exemplo.

Nesse ponto, Schaechter et al. (2012) acreditam que a próxima geração de regras fiscais conciliará a sustentabilidade fiscal com mecanismos de flexibilidade, que visem responder a choques econômicos. Além disso, os autores creem que esses mecanismos fiscais serão complementados por uma bateria de outros arranjos institucionais, tais como conselhos fiscais independentes.

3. Metodologia

Quanto à natureza do objetivo, a presente pesquisa busca caracterizar, empiricamente, o comportamento das despesas públicas catarinenses frente à adoção de regras fiscais brasileiras.

Para tanto, o estudo se apoiou em tradicionais análises de variações nominais e reais e na análise de regressão, modernamente conceituada da seguinte forma:

A análise de regressão diz respeito ao estudo da dependência de uma variável, a variável dependente, em relação a uma ou mais variáveis, as variáveis explanatórias, visando estimar e/ou prever o valor médio (da população) da primeira em termos dos valores conhecidos ou fixados (em amostragens repetidas) das segundas (Gujarati e Porter, 2011, p. 39).

Portanto, por meio de regressão simples e múltipla mensurou-se a dependência entre as variáveis descritas na Tabela 3 conferir numeração, selecionadas em função de estudos pretéritos e da literatura especializada sobre o tema, o que implicou na necessidade de que fossem testados nove modelos estatísticos contendo uma variável dependente e até vinte e três variáveis independentes.

Tabela 5. Variáveis analisadas no estudo

Variável	Tipo	Descrição	Estudos/teorias que embasaram a inclusão da variável
svç_públicos (svc_pub); ordem e segurança pública (seg_pub); assuntos econômicos (economic); proteção ambiental (prot_amb); habitação e benefícios coletivos (habitac); saúde (saude); cultura e desportos (cultura), educação (educacao); proteção social (prot_soc); Despesa total (des_tot)	Dependente e Independentes	Gastos totais, em bilhões de reais, em cada uma das 10 funções de governo previstas na COFOG.	Enders (1995); Alesina et al. (1999); Schaechter et al. (2012)
Resultado fiscal (res_fis).	Independente	<i>Surperávit</i> ou <i>Déficit Fiscal</i> , em bilhões de reais, apurado em Balanço Orçamentário.	Schaechter et al. (2012)
Resultado primário (res_pri).	Independente	Resultado do confronto entre despesas e receitas não financeiras, em bilhões de reais, constante em RGF.	Schaechter et al. (2012)
Receitas orçamentárias totais (rec_tot).	Independente	Receitas totais, em bilhões de reais, constantes em Balanço orçamentário/RREO.	Menezes (2005); Schaechter et al. (2012)
Receitas correntes (rec_corr).	Independente	Receitas correntes, em bilhões de reais, constantes em Balanço orçamentário/RREO.	Menezes (2005); Schaechter et al. (2012)
Receita corrente líquida (rcl).	Independente	Receita corrente líquida, em bilhões de reais, constante no RGF.	Menezes (2005); Schaechter et al. (2012)
Receitas de capital (rec_cap).	Independente	Receitas de capital, em bilhões de reais, constantes em Balanço orçamentário/RREO.	Menezes (2005); Schaechter et al. (2012)
PIB brasileiro (pib_br).	Independente	PIB brasileiro, em trilhões de reais. Fonte: IBGE	Lei de Wagner (1883)
PIB catarinense (pib_sc).	Independente	PIB catarinense, em bilhões, de reais. Fonte IBGE	Lei de Wagner (1883)
PIB catarinense per capita (pib_sc2).	Independente	PIB catarinense per capita, em reais. Fonte: IBGE	Lei de Wagner (1883)
Tamanho da população (tam_pop).	Independente	Tamanho da população, em milhões de habitantes. Fonte: IBGE	Estudos de Peacock e Wiseman (1961)
Densidade demográfica (dens_dem).	Independente	Densidade demográfica (população/área territorial). Fonte: IBGE	Estudos de Peacock e Wiseman (1961)
Dívida consolidada (div_cons).	Independente	Dívida consolidada bruta, em bilhões de reais, constante no RGF.	Schaechter et al. (2012)
Dummy LRF (lrf).	Independente	Variável <i>dummy</i> - Que assume 1 a partir de 2001, e 0 caso contrário. Apesar de a vigência da LRF ter iniciado em maio de 2000, pressupõe-se que os demais instrumentos que compõem o sistema orçamentário brasileiro (PPA e LDO) que balizaram a LOA do exercício de 2000 já haviam sido aprovados em 1997 e 1999, respectivamente, a partir de legislações que não contemplavam regras fiscais.	Menezes (2005); Carmo e Diaz (2000)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pressupõe-se que a própria escassez de recursos pode impulsionar o estabelecimento de relações funcionais e padrões de alocação entre as próprias funções ou, ainda, que a aplicação em determinada função possa afetar o nível de alocação em outras funções. Essa pressuposição justificou a inclusão das funções de governo como variáveis independentes.

Já o artifício utilizado nas chamadas variáveis *dummies* permite incluir o efeito de variáveis qualitativas, categorias ou mesmo variáveis mensuráveis, desde que a distribuição em classes seja importante (Carmo e Diaz, 2000).

Portanto, o que se deseja neste estudo é caracterizar o comportamento das despesas públicas catarinenses e estabelecer uma relação funcional entre esses gastos e uma ou mais variáveis supostamente envolvidas na sua descrição durante o período estudado (1995-2010) (Corrar et al., 2009).

Nesse sentido, Corrar et al. (2009) destacam que a combinação linear de variáveis independentes usadas conjuntamente para prever a variável dependente é também conhecida como equação ou modelo de regressão, cujo modelo estatístico pode ser representado por:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_n x_n + \varepsilon \quad (1)$$

Cabe registrar, entretanto, que a relação entre variáveis, por si só, não implica necessariamente em uma causalidade/dependência. Kendall e Stuart (1961) afirmam que

Uma relação estatística, por mais forte e sugestiva que seja, nunca pode estabelecer uma conexão causal: nossas ideias de causalidade devem vir de fora da estatística, em última análise, de alguma teoria (Kendall e Stuart, 1961, p. 279).

Assim, trata-se de uma pesquisa explanatória ou explicativa, pois vai além da descrição das características, analisando e explicando as possíveis causas e/ou consequências dos fenômenos (Collis e Hussey, 2005).

Em relação à natureza do estudo, o mesmo é de ordem empírica teórica, pois define as variáveis dependentes e independentes a partir de um modelo estatístico aplicado a séries temporais, buscando-se observar o comportamento das despesas públicas frente à adoção de regras fiscais brasileiras, testar a significância estatística² dos coeficientes das variáveis e analisar os respectivos fundamentos teóricos.

Em relação à lógica da pesquisa, o presente estudo classifica-se como dedutivo, pois parte-se da revisão da literatura sobre as interações entre as regras fiscais e as despesas públicas, para testar, empiricamente, a dependência das despesas médias (variável dependente) efetuadas pelo governo de SC nas funções de governo frente às variáveis independentes descritas no Quadro 3, ao longo de um período 16 anos, composto por duas fases: pré e pós adoção de regras fiscais.

² Um parâmetro é dito significativo se é estatisticamente diferente de zero, ou seja, rejeita-se a hipótese de que ele seja zero (VASCONCELOS et al., 2000, p. 54).

Quanto ao processo, pode-se classificar a pesquisa em relação à origem e coleta dos dados e à abordagem do problema (Ensslin e Ensslin, 2010). Em relação à origem, os dados contábeis coletados são secundários por que foram extraídos de uma base administrada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios (Sistn) brasileiros foi instituído pela STN por meio da Portaria STN nº. 109/2002, que foi revogada pela Portaria STN nº. 683/2011, sendo convalidados os atos com base nela praticados. Essa base compila arquivos eletrônicos referentes a demonstrações contábeis e fiscais dos entes federativos brasileiros para fins de consolidação nacional e demais análises. Os dados referentes às variáveis dependentes e de controle, que também são secundários, foram extraídos dos sítios eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) brasileiro.

Os dados contábeis originais referentes às funções previstas na Portaria MOG nº. 42/99 foram reagrupados a fim de que fossem constituídas as 10 funções de governo previstas na COFOG e na IPSAS 22, por meio da equivalência entre as funções apresentada no Quadro abaixo:

Quadro 1. Equivalência entre funções de governo com base na COFOG

COFOG I/IPSAS 22	Port. MOG nº 42/99
01 – Serviços públicos gerais	01 – Legislativa
	04 – Administração
	07 – Relações Exteriores
	19 – Ciência e tecnologia
	28 – Encargos especiais
02 – Defesa	05 – Defesa Nacional
03 – Ordem e Segurança Pública	02 – Judiciária
	03 – Essencial à Justiça
	06 – Segurança Pública
04 – Assuntos Econômicos	20 – Agricultura
	22 – Indústria
	23 – Comércio e Serviços
	24 – Comunicações
	25 – Energia
	26 – Transporte
05 – Proteção ambiental	18 – Gestão ambiental
06 – Habitação e benefícios coletivos	15 – Urbanismo
	16 – Habitação
	17 – Saneamento
07 – Saúde	10 – Saúde
08 – Recreação, cultura e religião	13 – Cultura
	27 – Desporto e lazer
09 – Educação	12 – Educação

COFOG I/IPSAS 22	Port. MOG nº 42/99
10 – Proteção social	08 – Assistência social
	09 – Previdência social
	11 – Trabalho
	14 – Direitos da cidadania
	21 – Organização agrária

Fonte: Elaborado pelos autores.

O período de realização da série foi dividido em dois: 1995-2000 e 2001-2011, buscando-se mostrar, com base no teste de Chow, se há uma diferença na regressão das variáveis explicativas (*dummy* e variáveis de controle) sobre as despesas públicas nos dois períodos.

O teste objetiva avaliar se existe diferença estatisticamente significativa entre as regressões do período anterior (1995-2000) e posterior (2001-2010) à implementação da LRF ou se o intercepto e o coeficiente angular da regressão permanecem os mesmos durante todo o período, situação na qual

$$\alpha_1 = \gamma_1 = \lambda_1 \text{ e } \alpha_2 = \gamma_2 = \lambda_2$$

e que indicaria que não há mudanças estruturais nos dois períodos analisados.

Quanto ao resultado da pesquisa, a mesma é aplicada porque pretende gerar conhecimentos destinados à aplicação prática, apresentando como as instituições fiscais afetam as despesas públicas, a partir de um modelo fundamentado no *disclosure* sugerido nos padrões internacionais vigentes de Contabilidade aplicada ao setor público, emitidos pela IFAC, mais especificamente ao detalhamento previsto na Demonstração do Desempenho Financeiro constante na IPSAS 22.

3.2 Procedimentos utilizados na coleta e análise de dados

Nesta seção relatam-se os procedimentos utilizados na coleta e análise de dados empregados nesta pesquisa.

3.2.1 Coleta de dados

Os dados coletados no SISTN e nos Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina, sujeitos aos modelos de regressão linear, foram selecionados levando-se em consideração os maiores coeficientes de correlação de Pearson observados entre as variáveis descritas no Quadro 3, utilizando-se a função “correlograma cruzado” do Gnu *Regression, Econometrics and Time-series Library* (GRETTL).

Utilizou-se, ainda, o operador de defasagem do GRETTL, que permite observar o número de períodos associados a uma observação precedente (Enders, 1995). Neste estudo, o operador de defasagem assumiu o valor 4, ou seja, assume-se que as despesas executadas em determinado ano possam estar associadas a despesas realizadas em até 4 períodos subsequentes. Por exemplo, as despesas realizadas em 1995 (t_0) poderiam

estar correlacionadas com despesas realizadas em 1995 (t0), 1996 (t1), 1997 (t2), 1998 (t3) ou 1999(t4).

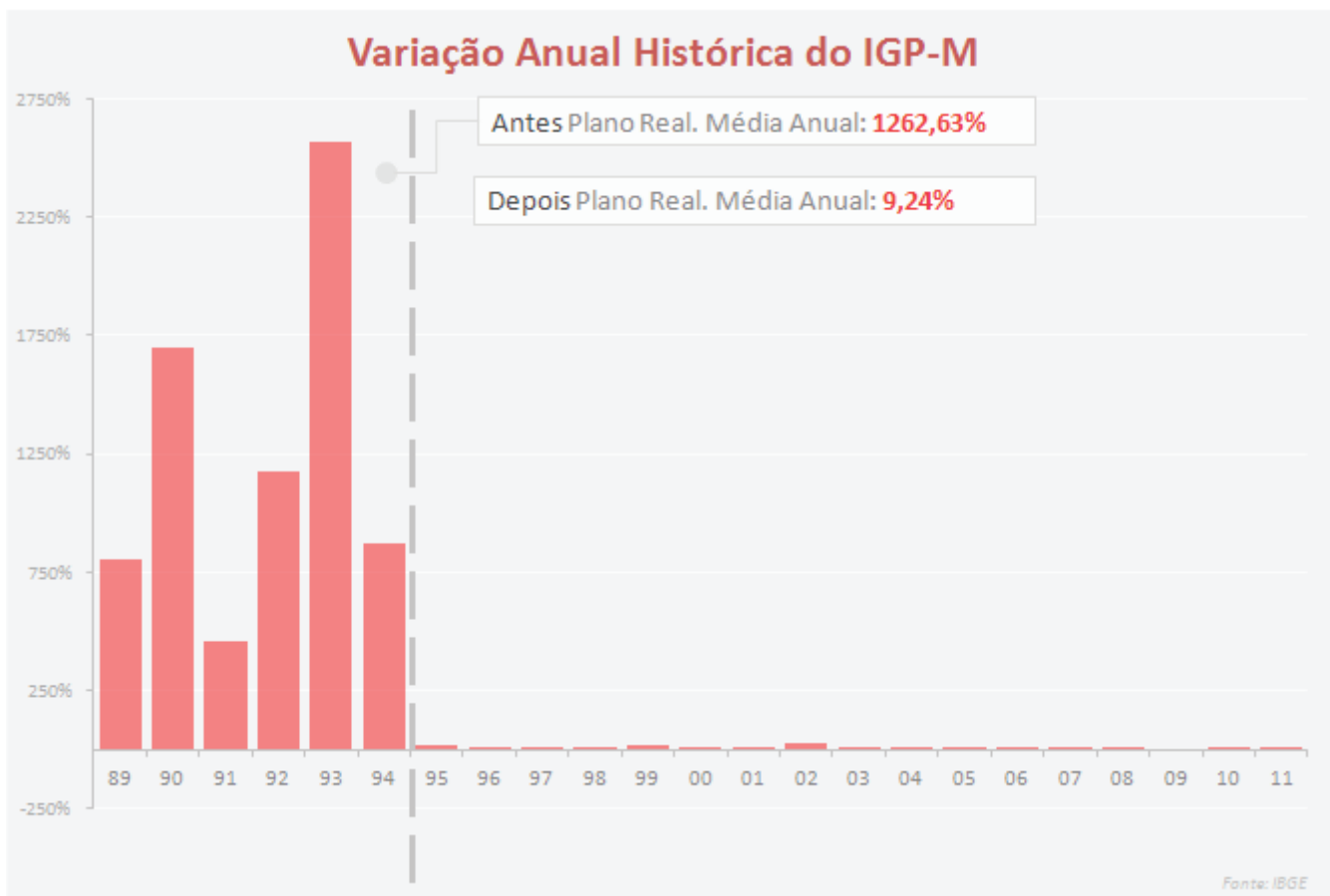
3.2.2 Testes estatísticos e pressupostos do modelo de regressão

Os modelos estatísticos foram submetidos a testes, realizados com o apoio do GRET, acerca dos seguintes pressupostos do modelo de regressão: (i) Multicolinearidade; (ii) Testes sobre a série de resíduos; (iii) Ausência de autocorrelação serial; (iv) Normalidade dos resíduos; (v) Homocedasticidade dos resíduos; (vi) Análise gráfica.

3.2.3 Ajuste monetário em função da inflação

Apesar de as principais análises deste estudo concentrarem-se em um período pós adoção do Plano Real no Brasil, o que por si só tende a mitigar os efeitos inflacionários sobre as variáveis analisadas conforme se percebe intuitivamente por meio da Figura 3, entende-se que o ajuste monetário dos dados que compõem a série histórica (1995-2010) possibilita a realização de análises equivalentes (a preços constantes) e fornece outras possibilidades de análise.

Figura 3. Variação Anual do IGP-M (1989-2011)



Fonte: IBGE (2012).

Nesse sentido, o ajuste monetário decorrente de inflação para os dados de resultados (receitas, despesas, *déficit* ou *superávit*) pressupõe que a atualização inicial desses itens deve basear-se, inicialmente, no índice de inflação média do ano a que se referirem. Esse procedimento pauta-se no entendimento de que esses dados realizam-se de forma distribuída por todos os meses (Platt Neto, 2012).

A título de exemplo, consideremos o IGP-DI anual de 1995 que atingiu 14,77% (quatorze vírgula setenta e seta por cento) ao ano. O cálculo do índice médio equivalente pode ser apurado por meio da seguinte expressão:

$$\text{Fator médio anual} = \sqrt[n]{1+i}$$

Onde $i = \text{IGP-DI anual}$

Assim, o fator médio para ajuste pelo IGP-DI do ano de 1995 é 1,071308, o que corresponde a um índice anual médio de 7,13% (sete vírgula treze por cento). Após a correção pela média do referido ano, os valores são corrigidos apenas pelo índice que representa a inflação completa dos anos seguintes.

A partir destes pressupostos, todos os valores da série histórica de dados passam a ser expressos em moeda de poder aquisitivo aproximado de 31 de dezembro do último período da série histórica.

Com relação ao ajuste monetário de dados patrimoniais, parte-se do pressuposto de que esses dados representam uma posição em 31 de dezembro do ano a que se referem. Assim, o ajuste monetário é realizado a partir dos índices de inflação cheia dos períodos seguintes.

Portanto, considerando-se que esta pesquisa aborda a série histórica 1995-2010, nas análises ajustadas em função de inflação todos os valores serão atualizados para 31 de dezembro de 2010.

3.2.4 Cálculos das variações

As variações nominais e reais foram calculadas a partir da seguinte expressão:

$$\Delta\% = \left(\frac{\text{último valor da série}}{\text{primeiro valor da série}} \right) - 1 \times 100 \quad (2)$$

Assim, considerando-se que as despesas nominais na função Serviços Públicos Gerais em 1995 importaram em 1,05 bilhões de reais e que em 2010 o montante aplicado foi da ordem de 2,53 bilhões de reais, a variação nominal observada atingiu 140,95%.

Por sua vez, as variações médias foram calculadas a partir da seguinte expressão:

$$\Delta m\% = \left(\frac{\text{último valor da série}}{\text{primeiro valor da série}} \right)^{\frac{1}{n}} - 1 \times 100 \quad (3)$$

Logo, a variação anual nominal média observada na função Serviços Públicos entre 1995 e 2010 atingiu 5,65% ao ano.

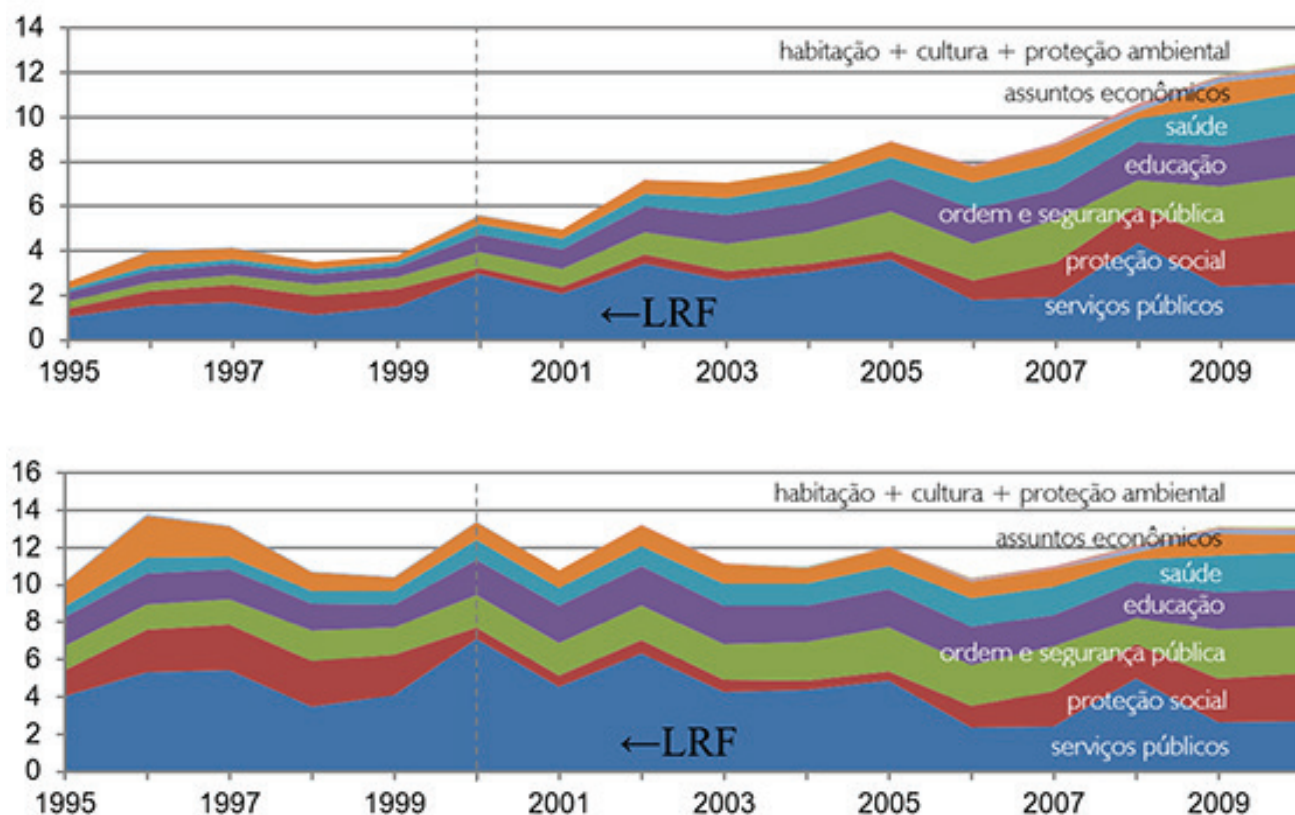
4. Análise dos resultados

Destaca-se, preliminarmente, que todas as relações funcionais envolvendo variáveis em valores nominais se mostraram estatisticamente significativas a fim de se testar a eventual ruptura (quebra estrutural) dos modelos estatísticos dos gastos públicos do Estado de Santa Catarina entre 1995 e 2010.

Todavia, em todas as análises haverá a indicação quanto à utilização de valores nominais ou ajustados monetariamente em função de efeitos inflacionários, conforme procedimentos metodológicos descritos.

A Figura 4 ilustra o comportamento das despesas públicas, por função de governo, em Santa Catarina no período 1995-2010, em valores nominais (parte superior) e ajustados monetariamente (parte inferior).

Figura 4. Dinâmica das despesas públicas do Estado de Santa Catarina (1995-2010)



Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores.

Por outra perspectiva, a Tabela 6 (conferir numeração) apresenta as variações percentuais ($\Delta\%$) nominais observadas no período 1995-2010.

Tabela 6. Variações nominais (1995-2010)

Função	Variação nominal (%)	Variação nominal média (%)
Proteção ambiental	1 660,00	18,78
Habituação e ben. col.	1 211,11	16,70
Saúde	1 126,67	16,23
Ordem e Segurança Pública	633,33	12,70
Cultura	583,33	12,22
Proteção social	575,00	12,14
Educação	377,50	9,83
Assuntos econômicos	163,64	5,99
Serviços públicos gerais	140,95	5,42
Despesa total	368,05	9,70

Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da Tabela 6, observa-se expansões nominais em todas as funções de governo. Além disso, observa-se que as variações nas funções Saúde (1 126,67%), Ordem e Segurança Pública (633,33%) e Educação (377,50%) podem ser justificadas pela Lei de Wagner (1883) ou lei dos dispêndios crescentes, haja vista que podem ser explicadas pelo processo de industrialização e urbanização.

Já a Tabela 7 permite uma análise das variações de gastos ajustados monetariamente, a partir da inclusão dos efeitos da variação do poder aquisitivo do real ao longo do período analisado.

Tabela 7. Variações reais (1995-2010)

Função	Variação real do período (%)	Variação real anual média (%)	N
Proteção ambiental	933,33	29,29	9
Cultura	333,33	17,50	9
Habituação	257,54	7,94	16
Saúde	248,21	7,77	16
Ordem e Segurança Pública	100,79	4,27	16
Proteção social	86,23	3,80	16
Educação	31,17	1,65	16
Assuntos econômicos	(27,56)	(1,92)	16
Serviços públicos gerais	(34,07)	(2,47)	16
Despesa total	29,20	1,55	16

Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se que a ausência de ajuste monetário acaba gerando certa assimetria de informação, motivo que justifica (tecnicamente) o seu emprego naquelas análises que envolvam médios e longos prazos e taxas de inflação consideráveis.

Neste estudo, observou-se esse fenômeno, sobretudo, nas variações ocorridas nas funções Serviços Públicos Gerais e Assuntos Econômicos, cujas variações nominais foram positivas (brandas expansões da ordem de 140,95% e 163,64%) enquanto as variações reais foram negativas (pequenos ajustes da ordem de 34,07% e 27,56%). Contudo, o crescimento real da despesa pública total foi da ordem de 29,20%.

Essa perspectiva é complementada com dados constantes na Tabela 8, que apresenta de forma comparativa a composição³ das despesas públicas ao final de 1995 e de 2010.

Tabela 8. Composição (percentual) das despesas públicas em 1995 e 2010

Funções	Gasto nominal (%)			Gasto real (%)		
	1995	2010	Δ	1995	2010	Δ
Serviços Públicos Gerais	39,41	20,33	(48,51)	39,82	20,31	(48,97)
Proteção Social	13,53	19,52	44,26	13,58	19,54	44,13
Segurança Pública	12,41	19,44	56,63	12,49	19,41	55,38
Educação	15,04	15,34	1,99	15,04	15,30	1,71
Saúde	5,64	14,78	162,04	5,51	14,84	169,33
Assuntos Econômicos	12,42	6,99	(43,69)	12,49	7,00	(43,94)
Habitação	0,68	1,90	178,76	0,69	1,90	175,74
Cultura e Desportos	0,68	0,99	45,29	0,29	0,99	241,38
Proteção Ambiental	0,19	0,71	272,01	0,09	0,71	688,89

Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores.

Essas mudanças denotam que a capacidade de o Estado Catarinense intervir diretamente na vida dos cidadãos, em tese, aumentou. Em 1995, aproximadamente 40% das despesas realizadas referiram-se às despesas atreladas a órgãos legislativos e da área fiscal e financeira do poder executivo, das relações exteriores, de assistência financeira externa, pesquisa básica, pesquisa e desenvolvimento em serviços públicos gerais, transações da dívida pública e transferências de caráter geral para diferentes níveis de governo.

Isso significa que houve uma redução real do montante, em termos percentuais, aplicado na função Serviços Públicos Gerais no período 1995-2010, da ordem de aproximadamente 49%. De igual forma, o montante empregado nas despesas vinculadas à função Assuntos Econômicos, em termos reais, também declinou em aproximadamente 44%.

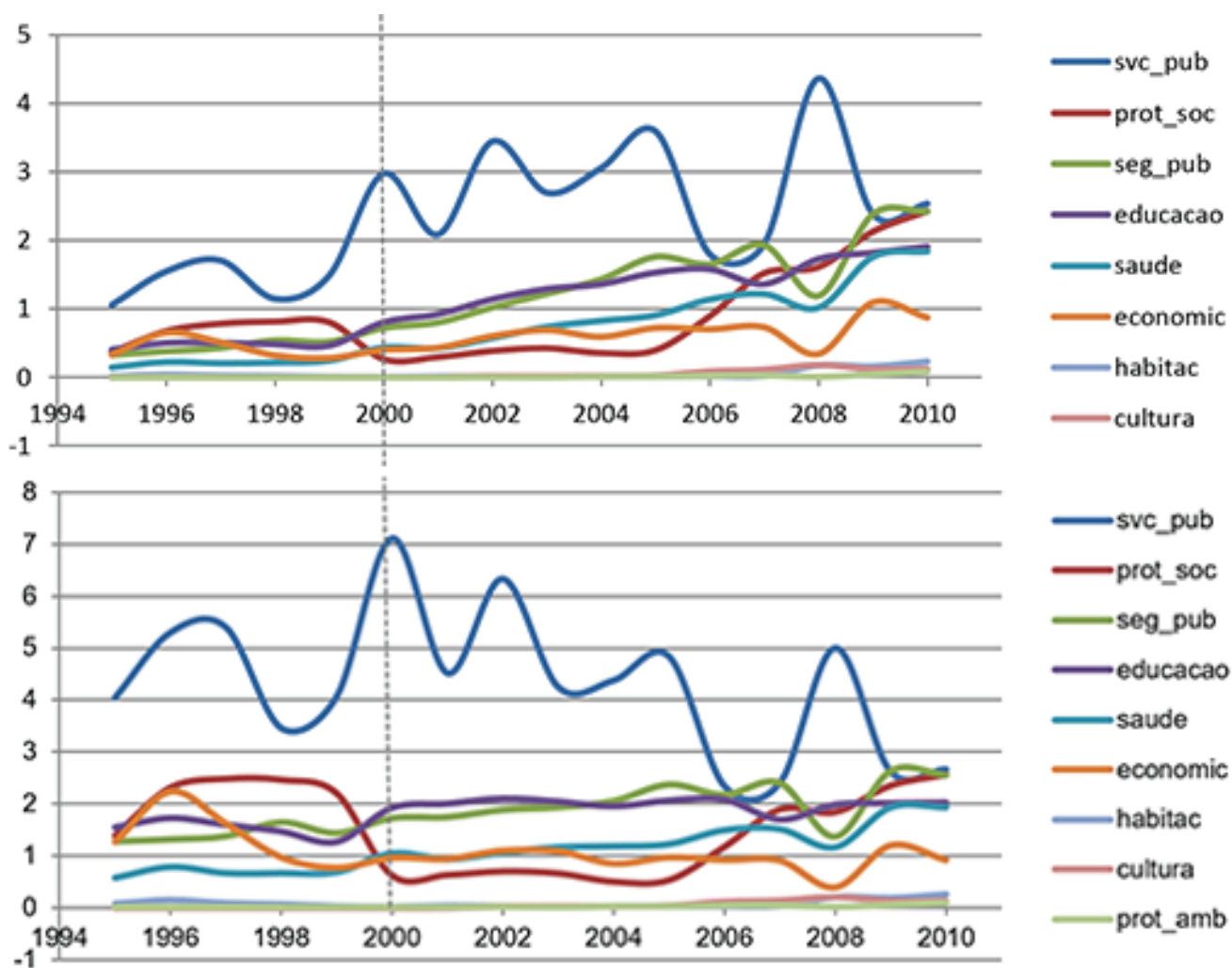
O que se observa, portanto, é uma distribuição de recursos mais homogênea entre 6 funções após 10 anos de LRF. Além disso, que o ajuste nas funções Serviços Públicos Gerais e Assuntos Econômicos permitiu a expansão das demais funções.

3 Em 1995 não foram relatadas despesas nas funções Cultura e Desportos e Proteção Ambiental.

Por outro lado, as variações observadas nas variáveis Assuntos Econômicos e Serviços Públicos coadunam-se com a teoria de Musgrave (1976) no sentido de que esses movimentos de crescimento bem inferior ao das outras funções promoveram ajustes na alocação de recursos e na distribuição de renda.

Por outra perspectiva, essas flutuações podem ser observadas na Figura 5, que ilustra as variações nas despesas, em valores nominais (parte superior) e em valores ajustados (parte inferior), em bilhões de reais, entre 1995 e 2010.

Figura 5. Flutuações nas despesas públicas do Estado de Santa Catarina (1995-2010)



Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 5 expõe a polarização da política alocativa governamental descrita por Alesina et al. (1999) e o efeito competição propugnado por Schaechter et al. (2012), no qual as diferentes funções de governo “disputam” os recursos disponíveis ao longo do tempo. Em Santa Catarina observa-se que essa polarização ampliou-se a partir de 2002, quando pressões fiscais repercutiram em gastos públicos devidamente registrados nas funções Cultura e Proteção Ambiental.

4.1 Modelos de regressão linear

A Figura 6 apresenta as estatísticas agrupadas, calculadas com o apoio do GRET, dos nove modelos estatísticos testados.

Figura 6. Estatísticas agrupadas dos modelos estatísticos

MQO, usando as observações 1995-2010 (T = 16) Variável dependente: seg_pub				MQO, usando as observações 1996-2010 (T = 15) Variável dependente: prot_amb				MQO, usando as observações 1995-2010 (T = 16) Variável dependente: economic									
Coefficiente	Erro Padrão	razão-t	p-valor	Coefficiente	Erro Padrão	razão-t	p-valor	Coefficiente	Erro Padrão	razão-t	p-valor						
const	-6,39261	0,765735	-8,3483	<0,00001	***	const	-0,130361	0,0163756	-7,9607	<0,00001	***	const	0,312581	0,0906542	3,4481	0,00392	***
tam_pop	1,3639e-06	1,37619e-07	9,9107	<0,00001	***	seg_pub	0,0256427	0,00720051	3,5612	0,00391	***	seg_pub	0,00373031	0,00111841	3,3354	0,00490	***
pi_b_sc						pi_b_sc	0,00085636	0,000172801	4,9558	0,00033	***	pi_b_sc					
Média var. dependente	1,170000	D.P. var. dependente	0,698179			Média var. dependente	0,018667	D.P. var. dependente	0,026150			Média var. dependente	0,578125	D.P. var. dependente	0,224447		
Soma resid. quadrados	0,912160	E.P. da regressão	0,255253			Soma resid. quadrados	0,001103	E.P. da regressão	0,009586			Soma resid. quadrados	0,421059	E.P. da regressão	0,173423		
R-quadrado	0,875248	R-quadrado ajustado	0,866337			R-quadrado	0,884816	R-quadrado ajustado	0,865618			R-quadrado	0,442781	R-quadrado ajustado	0,402979		
F(1, 14)	98,22291	P-valor(F)	1,04e-07			F(2, 12)	46,09036	P-valor(F)	2,34e-06			F(1, 14)	11,12476	P-valor(F)	0,004905		
Log da verossimilhança	0,213216	Critério de Akaike	3,573568			Log da verossimilhança	50,10126	Critério de Akaike	-94,20251			Log da verossimilhança	6,397547	Critério de Akaike	-8,795093		
Critério de Schwarz	5,118746	Critério Hannan-Quinn	3,652694			Critério de Schwarz	-92,07836	Critério Hannan-Quinn	-94,22514			Critério de Schwarz	-7,249916	Critério Hannan-Quinn	-8,715968		
ró	-0,132452	Durbin-Watson	2,130612			ró	-0,192897	Durbin-Watson	1,945213			ró	-0,250437	Durbin-Watson	2,487768		
MQO, usando as observações 1995-2010 (T = 16) Variável dependente: habitac				MQO, usando as observações 1995-2010 (T = 16) Variável dependente: svc_pub				MQO, usando as observações 1995-2010 (T = 16) Variável dependente: saude									
const	-0,0628379	0,0272139	-2,3090	0,03672	**	const	1,10372	0,444141	2,4851	0,02621	**	const	-0,191095	0,0407788	-4,6861	0,00043	***
pi_b_sc2	0,00915814	0,0019924	4,5965	0,00042	***	educacao	1,12882	0,362322	3,1155	0,00759	***	seg_pub	0,411538	0,0763939	5,3870	0,00012	***
Média var. dependente	0,049750	D.P. var. dependente	0,072593			Média var. dependente	2,358125	D.P. var. dependente	0,942771			Média var. dependente	0,748125	D.P. var. dependente	0,539533		
Soma resid. quadrados	0,031503	E.P. da regressão	0,047437			Soma resid. quadrados	7,873453	E.P. da regressão	0,749926			Soma resid. quadrados	0,078998	E.P. da regressão	0,077954		
R-quadrado	0,601460	R-quadrado ajustado	0,572993			R-quadrado	0,409443	R-quadrado ajustado	0,367260			R-quadrado	0,981908	R-quadrado ajustado	0,979125		
F(1, 14)	21,12822	P-valor(F)	0,000415			F(1, 14)	9,706425	P-valor(F)	0,007595			F(2, 13)	352,7746	P-valor(F)	4,72e-12		
Log da verossimilhança	27,13898	Critério de Akaike	-50,27795			Log da verossimilhança	-17,03028	Critério de Akaike	38,06056			Log da verossimilhança	19,78438	Critério de Akaike	-33,56876		
Critério de Schwarz	-48,73277	Critério Hannan-Quinn	-50,19882			Critério de Schwarz	39,60574	Critério Hannan-Quinn	38,13969			Critério de Schwarz	-31,25100	Critério Hannan-Quinn	-33,45007		
ró	0,661737	Durbin-Watson	0,693185			ró	-0,145427	Durbin-Watson	2,171118			ró	0,046327	Durbin-Watson	1,841935		
MQO, usando as observações 1996-2010 (T = 15) Variável dependente: cultura				MQO, usando as observações 1995-2010 (T = 16) Variável dependente: educacao				MQO, usando as observações 1996-2010 (T = 15) Variável dependente: prot_soc									
const	-0,0487109	0,0105567	-4,6142	0,00060	***	const	-4,92997	0,358742	-13,7424	<0,00001	***	const	0,0877674	0,140074	0,6266	0,54267	
res_fis	0,0518339	0,0166476	3,1136	0,00896	***	tam_pop	1,08952e-06	6,44734e-08	16,8988	<0,00001	***	rel	0,26148	0,0264598	9,8821	<0,00001	***
rcl	0,0159922	0,00163403	9,7870	<0,00001	***	Média var. dependente	1,111250	D.P. var. dependente	0,534414			lrf	-0,963577	0,185296	-5,2002	0,00022	***
Média var. dependente	0,047267	D.P. var. dependente	0,060907			Média var. dependente	0,200206	D.P. var. dependente	0,119584			Média var. dependente	0,915333	D.P. var. dependente	0,690206		
Soma resid. quadrados	0,004166	E.P. da regressão	0,018633			Soma resid. quadrados	0,953266	R-quadrado ajustado	0,949928			Soma resid. quadrados	0,716356	E.P. da regressão	0,244328		
R-quadrado	0,919775	R-quadrado ajustado	0,906405			F(1, 14)	285,5696	P-valor(F)	1,04e-10			R-quadrado	0,892590	R-quadrado ajustado	0,874688		
F(2, 12)	68,79003	P-valor(F)	2,67e-07			Log da verossimilhança	12,34496	Critério de Akaike	-20,68992			F(2, 12)	49,86079	P-valor(F)	1,54e-06		
Log da verossimilhança	40,13146	Critério de Akaike	-74,26293			Critério de Schwarz	-19,14474	Critério Hannan-Quinn	-20,61079			Log da verossimilhança	1,528129	Critério de Akaike	2,943743		
Critério de Schwarz	-72,13878	Critério Hannan-Quinn	-74,28556			ró	0,244420	Durbin-Watson	1,490306			Critério de Schwarz	5,067893	Critério Hannan-Quinn	2,921116		
ró	0,099510	Durbin-Watson	1,716622									ró	0,286105	Durbin-Watson	1,355566		

Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores.

Complementarmente, a Tabela 9 resume as principais estatísticas contempladas na Figura 6 e nos Apêndices D a M, além de apresentar os resíduos das previsões pelas médias nominais e ajustadas em função de efeitos inflacionários.

Tabela 9. Principais estatísticas contempladas nos Apêndices D a M

Variável dependente	Variável(is) independente(s)	R2	Resíduos*	Resíduos**	Resíduos***
Saúde	Segurança; PIB_SC	0,979	0,078	4,39	2,73
Educação	Tamanho da população	0,949	0,200	4,29	1,03
Cultura e desportos	Res_Fis; RCL	0,906	0,004	0,03	0,03
Ordem e seg. pública	Tamanho da população	0,866	0,912	7,29	3,17
Proteção ambiental	Segurança; PIB_SC	0,865	0,001	0,006	0,006
Proteção social	LRF; RCL	0,857	0,716	7,00	10,11
Habitação	PIB_SC	0,572	0,031	0,079	0,089
Assuntos econômicos	PIB_SC	0,402	0,421	0,76	2,45
Serviços públicos	Educação	0,367	7,873	13,35	28,72

Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores.

*Resíduos da previsão pelos modelos testados neste estudo.

**Resíduos da previsão pelas médias nominais.

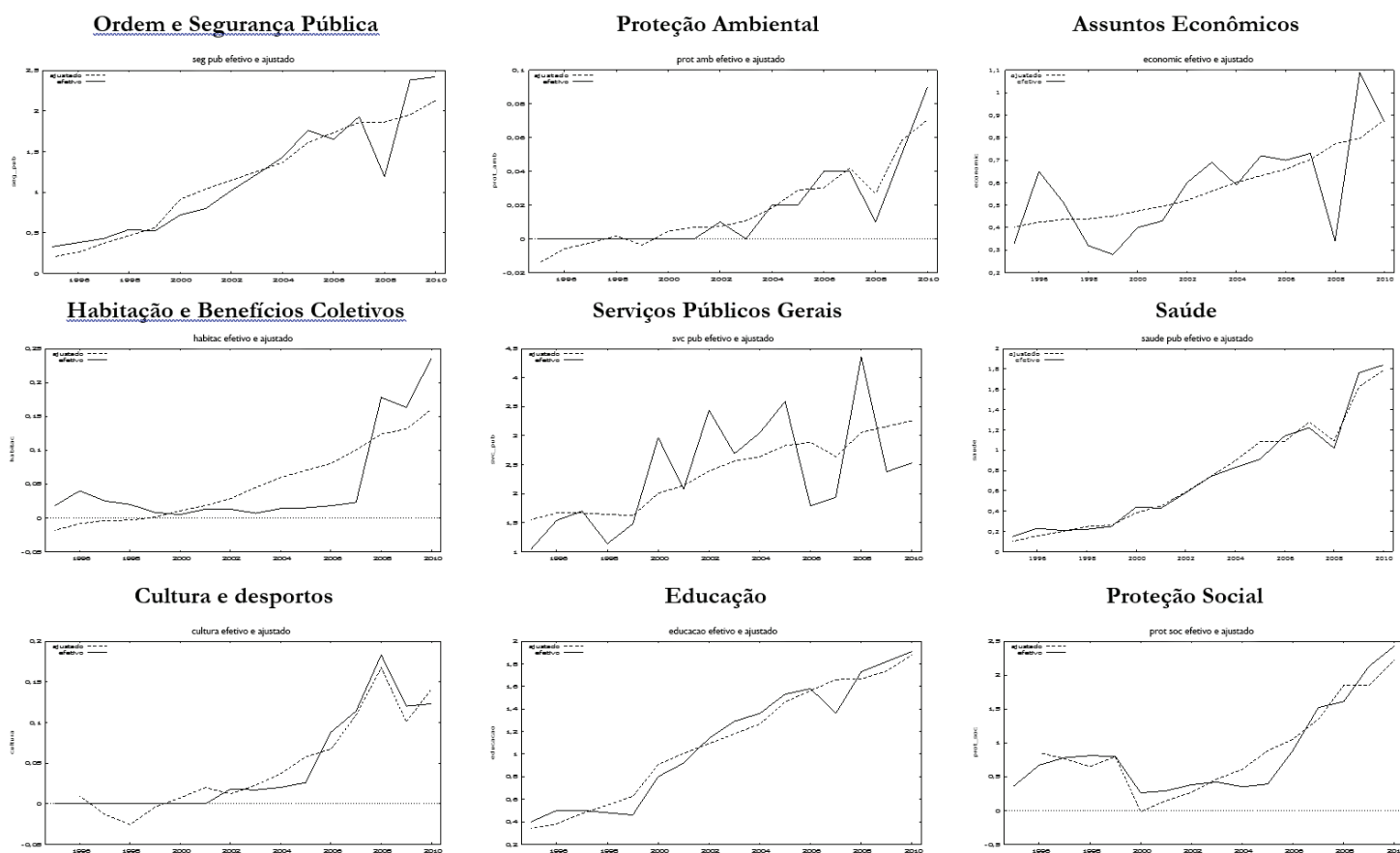
***Resíduos da previsão pelas médias ajustadas.

Destaca-se que, excetuando-se o modelo relativo à função Proteção ambiental, cujas variáveis ajustadas monetariamente apresentaram o melhor ajustamento estatístico, os modelos baseados em dados nominais apresentaram as melhores condições, em termos estatísticos, para a realização do teste de Chow.

Nesse aspecto, ressalta-se que todos os modelos de regressão linear estatisticamente significativos possuem maior poder preditivo do que os modelos que se baseiam nas respectivas médias, haja vista que os resíduos dos modelos testados apresentam valores inferiores. Ademais, que a variável LRF (*dummy*) não apresentou significância estatística para nos modelos que contém as variáveis dependentes Ordem e Segurança Pública, Proteção Ambiental, Assuntos Econômicos, Serviços Públicos Gerais, Saúde, Cultura, Educação, evidenciando que em um cenário de crescimento do PIB as acomodações fiscais não foram afetadas pelas regras implementadas por meio da LRF brasileira. Ressalta-se, ainda, que a não linearidade dos modelos Habitação e Proteção Social requer a aplicação de outro tipo de modelagem (não linear).

Finalmente, a Figura 6 apresenta as curvas das despesas efetivamente realizadas entre 1996-2010 e previstas pelos modelos de regressão apresentados na Tabela 4 e permite visualizar que não houve a quebra estrutural de nenhum dos modelos lineares. Figura 6. Curvas das despesas efetivamente realizadas entre 1996-2010 e previstas pelos modelos de regressão

Figura 6. Despesas realizadas (1996-2010)



Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores.

5. Conclusão e sugestões de continuidade

As perturbações econômicas que assolaram economias desenvolvidas entre 2008 e 2013 acenderam a luz amarela quanto à (real) capacidade dos Estados contribuírem (efetivamente) com o processo de retomada do crescimento econômico e essa limitação, muitas vezes, tem sido atribuída às regras fiscais.

Nesse sentido, este estudo objetivou ampliar o entendimento sobre o tema a partir do conhecimento sobre a interação entre as regras fiscais brasileiras e o gasto público realizado pelo Estado de Santa Catarina. Assim, cabe retomar a pergunta desta pesquisa: Qual foi o efeito da LRF sobre a tendência de despesas públicas orçamentárias realizadas pelo Estado de Santa Catarina no período 1995-2010.

No tocante à dinâmica das despesas públicas, observou-se, inclusive, uma taxa negativa (34,07)% de crescimento real entre 1995 e 2010 na função Serviços Públicos Gerais, justificada em razão de agregar uma parcela de “subfunções” que podem ser consideradas “flexíveis”, ou seja, desprovidas de vinculações ou travas específicas: tais como as transferências destinadas à pesquisa básica e as transferências de caráter geral (volun-

tário) a outros níveis de governo, por exemplo. Devido a essas características, observa-se uma taxa negativa de crescimento real médio de 2,45% nas despesas realizadas nesta função entre 1995 e 2010.

A função Assuntos Econômicos, que abriga uma parcela considerável de gastos em infraestrutura, também sofreu um processo de baixo crescimento nominal (163,64%), o que repercutiu, também, em uma taxa negativa (27,56)% de crescimento real no período analisado. A principal constatação, nesse sentido, refere-se ao fato de que as regras fiscais brasileiras acabaram acomodando patamares elevados para a despesa com pessoal (60% da RCL), que por sinal tem um conceito amplo perante a lei (considerando-se as terceirizações, substituições de servidores efetivos, etc.), e comprimindo a capacidade de exercício de funções que não exigem uma significativa força de trabalho (exercida por agentes públicos) diretamente associada para serem desenvolvidas. Resultado, redução nas despesas com investimentos públicos e infraestrutura em razão da insuficiência de recursos estatais próprios, ou seja, após a LRF o Estado de Santa acabou acomodando um decréscimo médio real de (1,92)% ao ano nas despesas realizadas nessa função no período analisado (1995-2010). Esses resultados convergem com os resultados obtidos por Menezes (2005) e representam um sério dilema: baixa capacidade governamental para realizar investimentos em infraestrutura, um dos principais gargalos do crescimento econômico.

Por outro lado, a expansão real (257,54%) na função Habitação e Benefícios Coletivos se justifica em razão do baixo índice histórico de alocação de recursos nessa função, cujos registros oficiais iniciaram em 2002, e de sua menor rigidez, haja vista que uma parcela dos dispêndios associados relacionam-se com gastos de capital (moradias populares e saneamento, por exemplo), financiáveis por intermédio de aumento de dívida pública.

No que tange à evidenciação desse conjunto de gastos, destaca-se que no período entre 1995 e 2001 as despesas consolidadas eram relatadas através de 15 funções de governo. Após 2001, as despesas foram relatadas de acordo com as 28 funções previstas na Portaria n.º 42/99.

Nesse sentido, o que se observa é uma grande oportunidade de aperfeiçoamento. Apesar dos avanços trazidos pela LRF brasileira e pela Lei nº 131/2009, que acrescentou dispositivos à Lei 101/2000 a fim de determinar a disposição, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária, observa-se que os dados disponibilizados são ininteligíveis para uma parcela considerável da população brasileira. Além disso, a quantidade de informações disponibilizadas ao público em geral faz com que se perca a noção do que é importante realmente.

Assim, entende-se que o relato das 10 funções de governo discutidas neste estudo, desdobradas, no mínimo, em despesas correntes e despesas de capital ampliaria significativamente as possibilidades de que um número maior de cidadãos compreendessem como a política fiscal é desenvolvida pelos governos.

Além disso, observa-se que o pressuposto do planejamento das ações, materializado nas metas e prioridades previstas no PPA e na LDO, acaba se perdendo durante os ciclos eleitorais, uma vez que não há um controle efetivo dos *outcomes*, ou seja, não há interação entre os relatos das despesas e indicadores de desempenho,

quer sejam econômicos, contábeis, de produtividade ou de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, vislumbra-se que essa correlação impulsionaria o processo de desenvolvimento econômico e social, uma vez que a variação dos indicadores tende a sinalizar a qualidade dos negócios públicos firmados e os seus impactos na economia, na sociedade e meio ambiente. Aliás, essa tendência de ampliação do processo de diálogo entre Estado e os cidadãos já é observada, sobretudo, em países desenvolvidos.

Complementarmente, sugere-se que a evidenciação dos avanços (ou retrocessos) atingidos baseie-se, por exemplo, em um modelo pautado em código de cores, a exemplo do adotado pelo Governo Central Suíço.

Portanto, observa-se que é necessário continuar o processo de aperfeiçoamento da evidenciação das finanças públicas brasileiras no sentido de simplificá-las, torná-las mais comparáveis internacionalmente e um meio de se demonstrar (efetivamente) o que o governo faz com os recursos públicos, rompendo-se com o atual padrão de evidenciação, focado nas receitas e compras governamentais.

Nessa direção, intui-se que a evidenciação gráfica das despesas públicas conjuntamente com a evidenciação da dívida pública consolidada bruta fornece uma visão abrangente da sustentabilidade das políticas públicas, de suas formas de financiamento e dos objetivos⁴ de longo prazo do Estado brasileiro.

No que tange à função Proteção Social, especificamente, observa-se que as travas da LRF não foram suficientes para impedir que os *déficits* dos sistemas previdenciários do Estado sangrassem os cofres do Tesouro do Estado, o que acaba afetando a eficiência da função. Não obstante, a série de direitos sociais outorgados pela Constituição Federal (1988) acabou impulsionando a tendência de crescimento das despesas governamentais atreladas a políticas de amparo social e defesa dos interesses do trabalhador.

Destaca-se, ainda, que os estudos de Peacock e Wiseman (1961), que apontam para a necessidade de inclusão de variáveis demográficas, sustentam os resultados relacionados aos modelos Educação e Ordem e Segurança Pública.

Por outro lado, ressalva-se que não foi possível correlacionar a Teoria da Escolha Pública, de Buchanan e Tullock (1962), aos resultados observados neste estudo. Essa limitação decorre da dificuldade de se medir, a partir de estudos contabilométricos, o peso da (in)eficiência dos sistemas eleitorais na política fiscal.

Com relação às duas questões críticas levantadas por Alesina e Bayomi (1996), observa-se que as atuais regras fiscais brasileiras não possuem mecanismos específicos visando coibir a utilização dos artifícios contábeis identificados por Koen e Van den Noord (2005): transações de arrendamento (*lease back*) e *swaps*; privatizações; adiamento de despesas; arrendamentos operacionais; parcerias públicos privadas e omissão de passivos.

Observa-se, ainda, que as regras fiscais brasileiras não contribuíram, decisivamente, com um processo de ajuste fiscal do Estado de Santa Catarina no período 1995-2010, haja vista que as despesas públicas sofreram

4 Níveis de carga tributária, despesas e dívida públicas.

um processo de expansão real da ordem de aproximadamente 29%, associado ao fato de que a variável *dummy* não se mostrou estatisticamente significativa a ponto de explicar a tendência de gastos públicos.

Por fim, sugere-se que estudos posteriores avaliem as variações observadas na política de despesas públicas e o seu impacto em indicadores de qualidade de vida, sustentabilidade, pobreza, diversidade, oportunidade, mobilidade e equidade.

Referências bibliográficas

- AGENOR, Pierre-Richard; NEANIDIS Kyriakos. C. The allocation of public expenditure and economic growth. **Manchester School**, v. 79, n. 4, p. 899-931, 2011.
- ALESINA, Alberto; BAYOUMI, Tami. The costs and benefits of fiscal rules: evidence from the U.S. states. **NBER Working Paper** n.º 5614. Cambridge, National Bureau of Economic Research, jun., 1996.
- ALESINA, Alberto; HAUSMANN, Ricardo; HOMMES, Rudolf; STEIN, Ernesto. Budget institutions and fiscal performance in Latin America. **Journal of Development Economics**, v. 59, n. 2, p. 253-273, 1999.
- ALT, James E.; LOWRY, Robert C. Divided Government, Fiscal Institutions, and Budget Deficits: evidence from the States. **The American political Science Review**, v. 88, n. 4, p. 811-828.
- BAYOUMI, Tamim; EICHENGREEN, Barry. Restraining Yourself: The Implications of Fiscal Rules for Economic Stabilization. **Staff Papers** – International Monetary Fund, v. 42, n. 1, p. 32-48.
- BOHN, Henning; INMAN, Robert P. Balanced-budget rules and public deficits: evidence from the U.S. states. **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy**, v. 45, p. 13-76, 1996.
- BRASIL. Lei n.º 4.320. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União** 1964; 17 mar.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União** 1988; 05 out.
- _____. Ministério do Orçamento e Gestão. Portaria n.º 42. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 1999; 04 abr.
- _____. Lei Complementar n.º 101. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 2000; 04 mai.
- _____. Lei Complementar n.º 131. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União** 2009; 27 mai.
- BUCHANAN, James M.; TULLOCK, Gordon. **The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1962.
- CARMO, Heron Carlos Esvael do; DIAZ, Maria Dolores Montoya. Análise de base de dados e utilização de variáveis binárias (dummy). In: VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de; ALVES, Denisard. (coord.). **Manual de Econometria**. São Paulo: Atlas, 2000.

- COLLIS, Jill , HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005 [2ª ed].
- CORRAR, Luiz; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria. **Análise Multivariada**. São Paulo: Atlas, 2009.
- DEBRUN, Xavier; MOULIN, Laurent; TURRINI, Alessandro; AYUSO-i-CASSAL, Joaquim; KUMAR, Manmohan S. Tied to the mast? National fiscal rules in the European Union. **Economic Policy**, v. 23, n. 54, p. 297-362, 2008.
- EICHENGREEN, Barry. Is Europe na Optimum Currency Area? In: BORNER, SILVIO; GRUBEL, HERBERT (eds.). **The European Community after 1992: Perspectives from the Outside**, Basingstoke, Hampshire, Macmillan, p. 138-161, 1992.
- ENDERS, Walter. **Applied Econometric Time Series**. John Wiley Sons., Inc, New York, NY, 1995.
- FLACH, Leonardo. **Contabilometria**. Florianópolis: UFSC, 2011.
- ENSSLIN, Sandra Rolin; ENSSLIN, Leonardo. **Tópicos Especiais em Pesquisa em Contabilidade**. Material de apoio da Disciplina Tópicos Especiais em Contabilidade do Programa de Pós Graduação em Contabilidade da Universidade de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2010.
- GADELHA, Sérgio Ricardo de Brito. **Análise dos Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a Despesa de Pessoal e a Receita Tributária nos Municípios Brasileiros: Um Estudo com Modelo Probit Aplicado a Dados em Painel**. Tesouro Nacional. Textos para Discussão. Brasília: 03/2012. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/textos_discussao/downloads/td3.pdf>. Acesso agosto/2013.
- GRANGER, Clive, W. J. **Empirical modeling in economics**. London Cambridge University Press, 1999.
- GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica**. Porto Alegre: McGrawHill Bookman, 2011 [5ª ed].
- IRWIN, Timothy C. **Accounting Devices and Fiscal Illusion**. International Monetary Fund (IMF). Fiscal Affairs Department, mar., 2012.
- KENDALL, M. G.; STUART, A. **The advanced theory of statistics**. Nova York. Charles Griffin Publishers, 1961.
- KOEN, V.; VAN DEN NOORD, P. **Fiscal Gimmickry in Europe: one-off measures and creative Accounting**. OECD Economics Department Working Papers 417. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development, 2005.
- MENEZES, R. T. **Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os Componentes de Despesa dos Municípios Brasileiros**. Brasília: Escola Superior de Administração Fazendária, 2005.
- MORAIS, Leandro Morais de. Dinâmica de despesas pública em Santa Catarina frente à implementação de regras fiscais brasileiras: evidências do período 1995-2010 segundo critérios da OCDE, 2013, 200f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MUSGRAVE, Richard Abel. **Teoria das finanças públicas**: um estudo da economia governamental. São Paulo, Atlas, 1976.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Government at a Glance**. Paris, OECD: 2009.

PEACOCK, Alan T.; WISEMAN, Jack. **The growth of public expenditures in United Kingdom**. Princeton, N.J.: Princeton Univ. Press, 1961.

POTERBA, James M. State responses to fiscal crises: the effects of budgetary institutions and politics. **Journal of Political Economy**, v. 102, n. 4, p. 799-821, 1994.

REZENDE, Fernando Antonio. **Finanças Públicas**. Sao Paulo: Atlas, 2001 [2ª ed].

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012 [3ª ed].

SCHAECHTER, Andrea; KINDA, Tidiane; BUDINA, Nina; WEBER, Anke. **Fiscal Rules in Response to the Crisis**: Toward the “Next-Generation” Rules. International Monetary Fund (IMF). Fiscal Affairs Department, jul., 2012.

VON HAGEN, Jürgem; WOLFF, Guntram B. What do deficits tell us about debt? Empirical evidence on creative accounting with fiscal rules in the EU. **Journal of Banking & Finance**, v. 30, n. 12, p. 3259-3279, 2006.

U.S. GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. **Key Indicator System**: Experiences of Other National and Subnational Systems Offer Insights for the United States. Washington: 2011.

WAGNER, Adolph. **Les fondments de L'economie politique**. M. Giard y É. Brière, Paris, 1883.

APÊNDICE A – Despesas por Função (1995-2010)

ANO	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO*	DEFESA NACIONAL
1995	53.501.190,00	143.629.820,00	0,00	992.005.250,00	0,00
1996	63.823.850,00	172.952.850,00	0,00	1.476.755.610,00	0,00
1997	73.507.830,00	200.873.810,00	0,00	1.625.806.900,00	0,00
1998	72.852.620,00	223.411.780,00	0,00	1.070.625.590,00	0,00
1999	79.693.380,00	224.886.630,00	0,00	1.402.731.390,00	0,00
2000	108.076.953,29	278.482.661,24	0,00	2.860.624.768,29	0,00
2001	135.550.308,00	304.472.492,57	0,00	1.940.583.286,46	0,00
2002	170.097.641,89	267.263.842,22	113.191.165,50	1.390.925.173,21	0,00
2003	184.191.706,64	351.988.402,68	142.410.384,79	457.236.630,28	0,00
2004	212.912.098,90	9.701.640,87	563.323.378,27	569.966.814,79	0,00
2005	237.457.786,66	25.052.089,47	679.376.816,46	799.417.133,66	0,00
2006	269.135.578,16	16.230.995,90	727.762.172,79	608.680.799,88	0,00
2007	305.597.446,25	14.653.295,07	889.499.668,26	647.383.379,03	0,00
2008	367.913.991,17	751.820.491,36	266.618.203,00	2.827.676.266,91	0,00
2009	367.678.839,58	761.937.517,77	236.738.673,73	676.765.847,86	0,00
2010	383.926.324,31	782.064.892,94	280.705.368,05	796.603.847,45	0,00

* Função Administração e Planejamento (1995-2000) + Função Encargos Especiais entre 1995 e 2000.

ANO	SEG. PÚBLICA*	REL. EXTERIORES	ASS. SOCIAL	PREV. SOCIAL**	SAÚDE***	TRABALHO
1995	182.299.850,00	0,00	0,00	348.836.660,00	145.556.790,00	10.320.960,00
1996	207.375.580,00	0,00	0,00	631.175.850,00	225.805.790,00	34.562.470,00
1997	231.441.320,00	0,00	0,00	740.632.560,00	209.623.370,00	35.729.800,00
1998	318.966.290,00	0,00	0,00	772.922.160,00	222.731.180,00	35.620.710,00
1999	299.834.370,00	0,00	0,00	772.466.470,00	249.637.590,00	27.267.990,00
2000	445.717.520,26	0,00	0,00	225.177.188,41	438.287.240,96	34.895.041,49
2001	497.887.737,42	0,00	0,00	286.065.012,24	425.928.538,06	0,00
2002	634.652.664,58	0,00	21.533.096,13	272.255.744,81	580.461.953,08	35.605.261,43
2003	725.252.074,88	0,00	21.924.650,11	315.737.499,44	738.272.853,34	20.582.073,03
2004	856.601.581,91	0,00	3.017.679,29	339.611.246,93	830.847.983,73	6.648.950,31
2005	1.055.514.185,41	0,00	3.130.934,05	381.802.188,10	914.599.166,05	2.338.660,55
2006	908.407.159,12	0,00	12.238.791,12	872.140.311,28	1.140.053.360,61	6.671.862,17
2007	1.025.483.096,08	0,00	12.975.246,73	1.503.003.499,30	1.223.144.951,49	4.415.837,76
2008	169.911.093,61	1.264.192,04	11.792.151,86	1.595.154.782,74	1.020.052.681,91	5.999.494,84
2009	1.380.671.230,68	1.394.143,31	94.155.992,41	2.029.613.038,97	1.759.236.305,33	6.630.648,95
2010	1.352.343.569,14	1.447.508,01	31.483.548,04	2.381.736.420,17	1.843.944.515,39	21.050.194,76

*Função Defesa Nacional + Função Segurança Pública entre 1995 e 2000.

**Função Assistência e previdência entre 1995 e 2000.

***Função Saúde e saneamento entre 1995 e 2000.

ANO	EDUCAÇÃO*	CULTURA	DIREITO DA CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO**
1995	395.693.210,00	0,00	0,00	0,00	16.215.320,00
1996	495.610.930,00	0,00	0,00	0,00	40.144.830,00
1997	497.143.840,00	0,00	0,00	0,00	25.182.280,00
1998	479.899.430,00	0,00	0,00	0,00	19.611.720,00
1999	458.228.730,00	0,00	0,00	0,00	5.050.400,00
2000	803.786.254,56	0,00	0,00	0,00	5.253.000,00
2001	923.737.230,49	0,00	0,00	0,00	12.987.766,40
2002	1.144.574.594,81	10.982.855,91	47.533.747,52	90.000,00	12.809.049,19
2003	1.286.633.513,36	11.641.953,25	58.803.172,12	953.220,00	5.630.768,40
2004	1.363.376.677,20	12.053.290,03	0,00	0,00	14.237.860,22
2005	1.534.479.895,63	14.061.869,68	0,00	0,00	15.375.068,37
2006	1.583.831.031,70	56.178.263,12	0,00	20.650,00	18.393.029,24
2007	1.360.257.978,73	67.943.484,34	664.406,77	0,00	23.492.916,96
2008	1.727.376.048,08	38.747.833,26	325.577,74	120.575.313,70	18.743.432,81
2009	1.817.882.652,69	50.998.452,58	608.929,92	84.138.127,35	29.230.925,23
2010	1.906.357.238,45	62.384.348,76	181.517,45	171.321.150,54	29.692.447,26

*Função Educação e cultura entre 1995 e 2000.

**Função Habitação + Função Urbanismo entre 1995 e 2000.

ANO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL	CIÊN. E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORG. AGRÁRIA
1995	0,00	0,00	0,00	140.396.770,00	0,00
1996	0,00	0,00	0,00	146.541.610,00	0,00
1997	0,00	0,00	0,00	155.562.010,00	0,00
1998	0,00	0,00	0,00	139.751.560,00	0,00
1999	0,00	0,00	0,00	148.831.080,00	0,00
2000	0,00	0,00	0,00	164.995.501,20	0,00
2001	0,00	0,00	0,00	172.007.005,95	0,00
2002	125.317,89	5.080.948,50	12.924.785,61	264.976.704,45	0,00
2003	400.000,00	1.723.600,13	15.150.825,60	270.654.150,86	0,00
2004	0,00	15.434.414,29	19.891.875,90	269.177.839,63	0,00
2005	0,00	17.601.096,69	22.247.302,77	333.398.031,02	0,00
2006	0,00	27.313.551,14	18.302.431,59	338.247.904,65	0,00
2007	0,00	30.726.911,85	7.901.708,01	327.713.789,76	0,00
2008	65.000,00	11.536.504,21	34.135.147,48	84.835.036,45	0,00
2009	0,00	46.969.156,11	45.100.807,02	386.790.113,06	0,00
2010	216.386,51	88.422.957,68	54.593.598,83	414.589.969,14	0,00

ANO	INDÚSTRIA*	COM. E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES	ENERGIA**	TRANSPORTE
1995	46.777.140,00	0,00	0,00	15.001.730,00	126.566.000,00
1996	62.562.480,00	0,00	0,00	0,00	436.787.370,00
1997	33.940.550,00	0,00	0,00	563.280,00	321.913.110,00
1998	14.915.550,00	0,00	0,00	732.740,00	163.854.570,00
1999	14.360.180,00	0,00	0,00	0,00	115.901.470,00
2000	22.907.558,81	0,00	0,00	0,00	210.880.429,67
2001	27.282.614,47	0,00	0,00	0,00	233.130.605,73
2002	13.843.491,51	15.326.818,52	0,00	0,00	303.188.971,17
2003	12.244.754,45	19.953.216,84	0,00	0,00	383.249.821,50
2004	283.500,00	13.031.312,10	0,00	0,00	310.652.791,72
2005	73.805,50	15.033.946,18	0,00	0,00	368.598.638,78
2006	0,00	38.332.848,57	0,00	0,00	321.282.004,52
2007	0,00	55.897.728,48	0,00	0,00	351.082.206,31
2008	5.000,00	1.994.045,50	38.849.811,79	0,00	212.386.161,91
2009	0,00	64.906.924,88	49.720.382,25	0,00	588.696.264,63
2010	0,00	56.216.333,37	34.783.386,16	0,00	364.617.579,88

*Função Indústria e comércio entre 1995 e 2000.

**Função Energia e recursos minerais entre 1995 e 2000.

ANO	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	OUTRAS*	DESPESA POR FUNÇÃO TOTAL
1995	0,00	0,00	1.510.190,00	2.618.312.875,00
1996	0,00	0,00	301.970,00	3.994.403.186,00
1997	0,00	0,00	86.000,00	4.152.008.657,00
1998	0,00	0,00	223.600,00	3.536.121.498,00
1999	0,00	0,00	3.018.790,00	3.801.910.469,00
2000	0,00	0,00	0,00	5.599.086.118,18
2001	0,00	0,00	0,00	4.959.634.598,79
2002	7.407.683,66	1.865.989.272,95	0,00	7.190.842.786,54
2003	5.533.210,99	2.033.697.820,18	0,00	7.063.868.305,87
2004	8.394.764,81	2.251.936.703,72	0,00	7.671.104.408,62
2005	11.652.372,21	2.526.683.929,03	0,00	8.957.896.921,27
2006	31.486.899,52	890.172.315,60	0,00	7.884.883.966,68
2007	46.219.297,69	977.952.551,18	0,00	8.876.009.400,05
2008	144.155.240,04	1.132.759.842,00	0,00	10.584.695.352,41
2009	69.427.696,64	1.287.334.939,33	0,00	11.836.627.610,28
2010	60.842.611,87	1.288.892.651,60	0,00	12.408.418.365,76

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes nos Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina/RREO.

* Função Desenvolvimento Regional.

APÊNDICE B – Variáveis explicativas e de controle (1995-2010)

ANO	DUMMY (LRF)	RECEITA TOTAL	REC. CORRENTE LÍQUIDA*	RECEITAS CORRENTES	REC. DE CAPITAL	PARTIDO POLÍTICO
1995	0	2.335.079.454,00	-	2.177.863.139,00	157.216.315,00	PMDB
1996	0	4.213.509.526,00	2.932.064.800,00	3.052.293.701,00	1.161.215.825,00	PMDB
1997	0	4.038.380.038,00	2.593.443.750,00	3.378.954.192,00	659.425.846,00	PMDB
1998	0	3.318.081.222,00	2.138.904.950,00	3.205.961.068,00	112.120.154,00	PMDB
1999	0	3.832.705.482,96	2.704.939.000,00	3.499.164.397,36	333.541.085,60	PPB
2000	0	5.664.685.732,44	3.288.094.000,00	4.221.033.987,12	1.443.651.745,32	PPB
2001	1	5.078.829.617,05	3.904.463.000,00	4.968.877.157,611	109.952.459,44	PPB
2002	1	6.983.127.738,81	4.373.551.000,00	6.170.731.463,44	1.318.628.229,30	PPB
2003	1	6.248.732.830,76	5.129.578.000,00	6.710.476.213,53	149.684.957,99	PMDB
2004	1	7.575.521.950,28	5.669.194.000,00	8.101.798.431,05	149.345.704,63	PMDB
2005	1	8.941.937.005,66	6.718.512.000,00	8.820.087.596,43	121.849.409,23	PMDB
2006	1	7.049.539.279,81	7.376.828.000,00	6.830.303.093,90	219.236.185,91	PMDB
2007	1	9.300.955.511,89	8.498.348.000,00	9.073.898.860,14	227.056.651,75	PMDB
2008	1	11.538.547.205,84	10.420.912.000,00	11.285.122.959,05	253.424.246,79	PMDB
2009	1	11.506.271.961,72	10.405.660.000,00	11.390.969.823,67	115.302.138,05	PMDB
2010	1	13.168.918.579,60	11.857.684.000,00	13.039.746.691,61	129.171.887,99	PMDB

*Valores nominais em reais (R\$). Os repasses ao FUNDEF/FUNDEB iniciaram a partir de 1998.

ANO	PIB BR*	PIB SC**	PIB per capita	POPUL. SC	DENSIDADE	DÍVIDA. CONSOL.***	RESULTADO FISCAL	RESULTADO PRIMÁRIO
1995	705.640,89	24.231,13	4.871,11	4.925.180	51,66	-	(283.231.411,00)	(148.867.191,00)
1996	843.965,63	29.891,81	5.914,96	4.875.244	51,13	3.317.076,00	219.108.326,00	(96.731.617,00)
1997	939.146,62	33.194,43	6.467,54	5.099.633	53,49	3.778.203,00	(113.626.623,00)	88.759.346,00
1998	979.275,75	33.818,98	6.490,41	5.187.505	54,41	4.331.907,00	(218.038.269,00)	(144.450.024,00)
1999	1.064.999,71	37.151,23	6.984,02	5.275.805	55,33	5.818.023,00	30.796.991,45	19.619.232,00
2000	1.179.482,00	43.311,91	8.007,32	5.349.580	56,11	6.161.746,00	65.601.614,26	13.991.925,59
2001	1.302.135,03	48.748,25	8.864,66	5.453.678	57,20	6.201.663,00	119.197.019,26	(17.288.779,99)
2002	1.477.821,77	55.731,86	9.969,47	5.543.247	58,14	8.803.819,00	(176.675.801,03)	1.078.522.421,26
2003	1.699.947,69	66.848,53	11.764,48	5.633.234	59,08	9.159.284,00	(203.705.131,30)	(855.392.896,26)
2004	1.941.498,36	77.392,99	13.403,29	5.723.638	60,03	10.019.295,00	(95.580.454,34)	643.742.000,00
2005	2.147.239,29	85.316,28	14.542,79	5.814.457	60,98	10.622.084,00	(15.957.910,61)	439.016.810,67
2006	2.369.483,55	93.146,75	15.633,20	5.905.687	61,94	10.911.235,00	(39.519.152,88)	522.516.000,00
2007	2.661.344,53	104.622,95	17.834,00	5.997.328	62,90	10.636.438,00	424.946.000,00	1.104.005.000,00
2008	3.031.864,49	123.282,98	20.368,64	6.089.377	63,87	12.555.329,00	953.854.000,00	1.720.181.000,00
2009	3.143.000,00	129.806,00	21.214,00	6.181.833	64,84	11.840.524,00	(330.355.648,56)	582.027.000,00
2010	3.675.000,00	152.482,00	24.398,36	6.274.692	65,81	13.578.642,00	1.955.013,81	880.446.093,41

Fonte: Elaborado a partir dos Balanços Gerais do Estado de SC e de dados constantes nos sítios do IBGE e TSE.

*Valores em milhões de reais (R\$).

**Valores em milhões de reais (R\$).

***Valores em mil reais (R\$).

APÊNDICE C – Fatores para ajuste monetário (1995-2010)

Ano	IGP-DI Anual	IGP-DI Médio Anual	Fator Cheio Anual	Fator Médio Anual*	Fator para ajuste ao final da série**	Inflação acumulada***	Fator para ajuste ao final da série****	Inflação acumulada*****
1995	14,77%	7,13%	1,1477	1,0713	3,8559109	285,59%	3,8961445	289,61%
1996	9,33%	4,56%	1,0933	1,0456	3,4422557	244,23%	3,3947412	239,47%
1997	7,48%	3,67%	1,0748	1,0367	3,1754818	217,55%	2,9578646	195,79%
1998	1,71%	0,85%	1,0171	1,0085	3,0371341	203,71%	2,752014	175,20%
1999	19,99%	9,54%	1,1999	1,0953	2,7492208	174,92%	2,7057457	170,57%
2000	9,80%	4,79%	1,0980	1,0478	2,3951677	139,52%	2,254976	125,50%
2001	10,40%	5,07%	1,1040	1,0507	2,1754555	117,55%	2,0537122	105,37%
2002	26,41%	12,43%	1,2641	1,1243	1,8415137	84,15%	1,8602466	86,02%

*Específico para ajustes de valores de receitas e de despesas. Baseia-se no pressuposto de que as mesmas se realizam de forma distribuída ao longo do ano (ao invés de concentradas numa data).

**Fator utilizado para multiplicar os valores monetários originais de dados de resultado (receitas, despesas, déficits, e superávits) referentes a cada um dos exercícios financeiros (anos) objetivando conhecer o valor atualizado no final de 2010.

***Expressa a inflação acumulada para dados de resultado até 31/12/2010 (inclusive a do exercício de 2010), a partir de cada ano indicado.

****Fator utilizado para multiplicar os valores monetários originais de dados patrimoniais (ativos, passivos, e patrimônio líquido) referente a cada um dos exercícios financeiros (anos) objetivando conhecer o valor atualizado ao final de 2010.

*****Expressa a inflação acumulada para dados patrimoniais até 31/12/2010, a partir de cada ano indicado.

Ano	IGP-DI Anual	IGP-DI Médio Anual	Fator Cheio Anual	Fator Médio Anual	Fator para ajuste ao final da série	Inflação acumulada	Fator para ajuste ao final da série	Inflação acumulada
2003	7,67%	3,76%	1,0767	1,0376	1,5784720	57,85%	1,4715976	47,16%
2004	12,13%	5,89%	1,1213	1,0589	1,4365760	43,66%	1,3667666	36,68%
2005	1,22%	0,61%	1,0122	1,0060	1,3484490	34,84%	1,2189125	21,89%
2006	3,79%	1,88%	1,0379	1,0187	1,3155993	31,56%	1,2042210	20,42%
2007	7,89%	3,87%	1,0789	1,0387	1,2432408	24,32%	1,1602477	16,02%
2008	9,10%	4,45%	1,0910	1,0445	1,1459147	14,59%	1,0753987	7,54%
2009	-1,43%	-0,72%	0,9857	0,9928	1,1050134	10,50%	0,9857000	-1,43%
2010	11,30%	5,50%	1,1130	1,0549	1,0549882	5,50%	-	-

Fonte: Platt Neto (2012) e dados da Fundação Getúlio Vargas (2012).

APÊNDICE D - Estatísticas preliminares da variável Serviços Públicos

Ano	Gastos*	Previsão**	Resíduos	Resíduos ²	Gastos***	Previsão**	Resíduos	Resíduos ²
1995	1,05	2,36	-1,31	1,72	4,05	4,30	-0,27	0,07
1996	1,54	2,36	-0,82	0,67	5,30	4,30	1,00	1,00
1997	1,70	2,36	-0,66	0,43	5,40	4,30	1,10	1,21
1998	1,14	2,36	-1,21	1,47	3,46	4,30	-0,83	0,69
1999	1,48	2,36	-0,88	0,77	4,07	4,30	-0,22	0,05
2000	2,97	2,36	0,61	0,37	7,11	4,30	2,81	7,91
2001	2,08	2,36	-0,28	0,08	4,52	4,30	0,22	0,05
2002	3,44	2,36	1,08	1,17	6,33	4,30	2,03	4,13
2003	2,69	2,36	0,33	0,11	4,25	4,30	-0,05	0,00
2004	3,05	2,36	0,70	0,49	4,39	4,30	0,09	0,01
2005	3,59	2,36	1,23	1,51	4,84	4,30	0,54	0,29
2006	1,79	2,36	-0,57	0,33	2,35	4,30	-1,95	3,80
2007	1,94	2,36	-0,42	0,18	2,41	4,30	-1,89	3,56
2008	4,36	2,36	2,01	4,03	5,00	4,30	0,70	0,49
2009	2,38	2,36	0,02	0,00	2,63	4,30	-1,67	2,78
2010	2,53	2,36	0,17	0,03	2,67	4,30	-1,63	2,67
Soma	37,72	37,72	0,00	13,35	68,77	68,77	0,00	28,72

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

*Valores originais, em bilhões de reais.

**Realizada a partir da média dos valores observados.

***Valores originais ajustados monetariamente pelo IGP-DI.

APÊNDICE E - Estatísticas preliminares da variável Ordem e Segurança Pública

Ano	Gastos*	Previsão**	Resíduos	Resíduos ²	Gastos***	Previsão**	Resíduos	Resíduos ²
1995	0,33	1,17	-0,84	0,71	1,27	1,87	-0,60	0,36
1996	0,38	1,17	-0,79	0,62	1,31	1,87	-0,56	0,31
1997	0,43	1,17	-0,74	0,54	1,37	1,87	-0,49	0,24
1998	0,54	1,17	-0,63	0,39	1,64	1,87	-0,23	0,05
1999	0,52	1,17	-0,65	0,42	1,43	1,87	-0,44	0,19
2000	0,72	1,17	-0,45	0,20	1,72	1,87	-0,15	0,02
2001	0,80	1,17	-0,37	0,14	1,74	1,87	-0,13	0,02
2002	1,02	1,17	-0,15	0,02	1,88	1,87	0,01	0,00
2003	1,22	1,17	0,05	0,00	1,93	1,87	0,06	0,00
2004	1,43	1,17	0,26	0,07	2,05	1,87	0,19	0,04
2005	1,76	1,17	0,59	0,35	2,37	1,87	0,51	0,26
2006	1,65	1,17	0,48	0,23	2,17	1,87	0,31	0,10
2007	1,93	1,17	0,76	0,58	2,40	1,87	0,53	0,29
2008	1,19	1,17	0,02	0,00	1,36	1,87	-0,50	0,25
2009	2,38	1,17	1,21	1,46	2,63	1,87	0,76	0,58
2010	2,42	1,17	1,25	1,55	2,55	1,87	0,68	0,47
Soma	18,72	18,72	0,00	7,29	29,84	29,84	0,00	3,17

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

*Valores originais, em bilhões de reais.

**Realizada a partir da média dos valores observados.

***Valores originais ajustados monetariamente pelo IGP-DI.

APÊNDICE F - Estatísticas preliminares da variável Assuntos Econômicos

Ano	Gastos*	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²	Gastos***	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²
1995	0,33	0,58	-0,25	0,06	1,27	1,07	0,20	0,04
1996	0,65	0,58	0,07	0,00	2,24	1,07	1,17	1,37
1997	0,51	0,58	-0,07	0,00	1,62	1,07	0,55	0,30
1998	0,32	0,58	-0,26	0,07	0,97	1,07	(0,10)	0,01
1999	0,28	0,58	-0,30	0,09	0,77	1,07	(0,30)	0,09
2000	0,40	0,58	-0,18	0,03	0,96	1,07	(0,11)	0,01
2001	0,43	0,58	-0,15	0,02	0,94	1,07	(0,13)	0,02
2002	0,60	0,58	0,02	0,00	1,10	1,07	0,03	0,00
2003	0,69	0,58	0,11	0,01	1,09	1,07	0,02	0,00
2004	0,59	0,58	0,02	0,00	0,85	1,07	(0,22)	0,05
2005	0,72	0,58	0,14	0,02	0,97	1,07	(0,10)	0,01
2006	0,70	0,58	0,12	0,01	0,92	1,07	(0,15)	0,02
2007	0,73	0,58	0,16	0,02	0,91	1,07	(0,15)	0,02
2008	0,34	0,58	-0,24	0,06	0,39	1,07	(0,68)	0,46
2009	1,09	0,58	0,51	0,26	1,20	1,07	0,14	0,02
2010	0,87	0,58	0,29	0,09	0,92	1,07	(0,15)	0,02
Soma	9,24	9,24	0,00	0,76	17,09	17,09	0,00	2,45

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

*Valores originais, em bilhões de reais.

**Realizada a partir da média dos valores observados.

***Valores originais ajustados monetariamente pelo IGP-DI.

APÊNDICE G – Estatísticas preliminares da variável Proteção Ambiental

Ano	Gastos*	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²	Gastos***	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²
1995	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	-	-	-	-	-	-	-	-
2001	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	0,005	0,027	(0,022)	0,000	0,009	0,032	-0,023	0,001
2003	0,002	0,027	(0,025)	0,001	0,003	0,032	-0,029	0,001
2004	0,015	0,027	(0,012)	0,000	0,022	0,032	-0,011	0,000
2005	0,018	0,027	(0,010)	0,000	0,024	0,032	-0,008	0,000
2006	0,027	0,027	0,000	0,000	0,036	0,032	0,003	0,000
2007	0,031	0,027	0,004	0,000	0,039	0,032	0,006	0,000
2008	0,012	0,027	(0,016)	0,000	0,014	0,032	-0,019	0,000
2009	0,047	0,027	0,020	0,000	0,052	0,032	0,020	0,000
2010	0,088	0,027	0,061	0,004	0,093	0,032	0,061	0,004
Soma	0,245	0,245	0,00	0,006	0,291	0,291	0,000	0,006

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

*Valores originais, em bilhões de reais.

**Realizada a partir da média dos valores observados.

***Valores originais ajustados monetariamente pelo IGP-DI.

APÊNDICE H – Estatísticas descritivas da variável Habitação e Benefícios Coletivos

Ano	Gastos*	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²	Gastos***	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²
1995	0,018	0,050	(0,032)	0,001	0,07	0,073	-0,003	0,000
1996	0,040	0,050	(0,009)	0,000	0,14	0,073	0,068	0,005
1997	0,025	0,050	(0,025)	0,001	0,08	0,073	0,007	0,000
1998	0,020	0,050	(0,030)	0,001	0,06	0,073	-0,013	0,000
1999	0,008	0,050	(0,042)	0,002	0,02	0,073	-0,053	0,003
2000	0,005	0,050	(0,045)	0,002	0,01	0,073	-0,063	0,004
2001	0,013	0,050	(0,037)	0,001	0,03	0,073	-0,043	0,002
2002	0,013	0,050	(0,037)	0,001	0,02	0,073	-0,053	0,003
2003	0,007	0,050	(0,043)	0,002	0,01	0,073	-0,063	0,004
2004	0,014	0,050	(0,036)	0,001	0,02	0,073	-0,053	0,003
2005	0,015	0,050	(0,035)	0,001	0,02	0,073	-0,053	0,003
2006	0,018	0,050	(0,031)	0,001	0,02	0,073	-0,053	0,003
2007	0,023	0,050	(0,026)	0,001	0,03	0,073	-0,043	0,002
2008	0,178	0,050	0,128	0,016	0,20	0,073	0,128	0,016
2009	0,163	0,050	0,113	0,013	0,18	0,073	0,108	0,012
2010	0,236	0,050	0,186	0,035	0,25	0,073	0,178	0,032
Soma	0,798	0,798	0,00	0,079	1,16	1,160	0,000	0,089

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

*Valores originais, em bilhões de reais.

**Realizada a partir da média dos valores observados.

***Valores originais ajustados monetariamente pelo IGP-DI.

APÊNDICE I – Estatísticas preliminares da variável Saúde

Ano	Gastos*	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²	Gastos***	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²
1995	0,15	0,75	-0,60	0,36	0,56	1,13	(0,571)	0,326
1996	0,23	0,75	-0,52	0,27	0,78	1,13	(0,351)	0,123
1997	0,21	0,75	-0,54	0,29	0,67	1,13	(0,461)	0,213
1998	0,22	0,75	-0,53	0,28	0,68	1,13	(0,451)	0,204
1999	0,25	0,75	-0,50	0,25	0,69	1,13	(0,441)	0,195
2000	0,44	0,75	-0,31	0,10	1,05	1,13	(0,081)	0,007
2001	0,43	0,75	-0,32	0,10	0,93	1,13	(0,201)	0,041
2002	0,58	0,75	-0,17	0,03	1,07	1,13	(0,061)	0,004
2003	0,74	0,75	-0,01	0,00	1,17	1,13	0,039	0,002
2004	0,83	0,75	0,08	0,01	1,19	1,13	0,059	0,003
2005	0,91	0,75	0,17	0,03	1,23	1,13	0,099	0,010
2006	1,14	0,75	0,39	0,15	1,50	1,13	0,369	0,136
2007	1,22	0,75	0,48	0,23	1,52	1,13	0,389	0,151
2008	1,02	0,75	0,27	0,07	1,17	1,13	0,039	0,002
2009	1,76	0,75	1,01	1,02	1,94	1,13	0,809	0,654
2010	1,84	0,75	1,10	1,20	1,95	1,13	0,819	0,670
Soma	11,97	11,97	0,00	4,39	18,10	18,10	0,00	2,739

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

*Valores originais, em bilhões de reais.

**Realizada a partir da média dos valores observados.

***Valores originais ajustados monetariamente pelo IGP-DI.

APÊNDICE J – Estatísticas preliminares da variável Cultura e Desportos

Ano	Gastos*	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²	Gastos***	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²
1995	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	-	-	-	-	-	-	-	-
2001	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	0,018	0,079	-0,061	0,004	0,030	0,094	-0,064	0,004
2003	0,017	0,079	-0,062	0,004	0,030	0,094	-0,064	0,004
2004	0,020	0,079	-0,058	0,003	0,030	0,094	-0,064	0,004
2005	0,026	0,079	-0,053	0,003	0,030	0,094	-0,064	0,004
2006	0,088	0,079	0,009	0,000	0,120	0,094	0,026	0,001
2007	0,114	0,079	0,035	0,001	0,140	0,094	0,046	0,002
2008	0,183	0,079	0,104	0,011	0,210	0,094	0,116	0,013
2009	0,120	0,079	0,042	0,002	0,130	0,094	0,036	0,001
2010	0,123	0,079	0,044	0,002	0,130	0,094	0,036	0,001
Soma	0,710	0,710	0,000	0,030	0,850	0,850	0,000	0,035

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

*Valores originais, em bilhões de reais.

**Realizada a partir da média dos valores observados.

***Valores originais ajustados monetariamente pelo IGP-DI.

APÊNDICE L – Estatísticas preliminares da variável Educação

Ano	Gastos*	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²	Gastos***	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²
1995	0,40	1,11	-0,72	0,51	1,53	1,84	(0,31)	0,10
1996	0,50	1,11	-0,62	0,38	1,71	1,84	(0,13)	0,02
1997	0,50	1,11	-0,61	0,38	1,58	1,84	(0,26)	0,07
1998	0,48	1,11	-0,63	0,40	1,46	1,84	(0,38)	0,14
1999	0,46	1,11	-0,65	0,43	1,26	1,84	(0,58)	0,33
2000	0,80	1,11	-0,31	0,09	1,93	1,84	0,09	0,01
2001	0,92	1,11	-0,19	0,04	2,01	1,84	0,17	0,03
2002	1,14	1,11	0,03	0,00	2,11	1,84	0,27	0,07
2003	1,29	1,11	0,18	0,03	2,03	1,84	0,19	0,04
2004	1,36	1,11	0,25	0,06	1,96	1,84	0,12	0,01
2005	1,53	1,11	0,42	0,18	2,07	1,84	0,23	0,05
2006	1,58	1,11	0,47	0,22	2,08	1,84	0,24	0,06
2007	1,36	1,11	0,25	0,06	1,69	1,84	(0,15)	0,02
2008	1,73	1,11	0,62	0,38	1,98	1,84	0,14	0,02
2009	1,82	1,11	0,71	0,50	2,01	1,84	0,17	0,03
2010	1,91	1,11	0,80	0,63	2,01	1,84	0,17	0,03
Soma	17,78	17,78	0,00	4,29	29,42	29,42	0,00	1,03

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

*Valores originais, em bilhões de reais.

**Realizada a partir da média dos valores observados.

***Valores originais ajustados monetariamente pelo IGP-DI.

APÊNDICE M – Estatísticas preliminares da variável Proteção Social

Ano	Gastos*	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²	Gastos***	Previsão**	Resíduos	(Resíduos) ²
1995	0,36	0,88	-0,52	0,27	1,38	1,52	(0,14)	0,02
1996	0,67	0,88	-0,21	0,05	2,29	1,52	0,78	0,60
1997	0,78	0,88	-0,10	0,01	2,47	1,52	0,96	0,91
1998	0,81	0,88	-0,07	0,01	2,46	1,52	0,95	0,89
1999	0,80	0,88	-0,08	0,01	2,20	1,52	0,69	0,47
2000	0,26	0,88	-0,62	0,38	0,62	1,52	(0,90)	0,80
2001	0,29	0,88	-0,59	0,35	0,62	1,52	(0,90)	0,80
2002	0,38	0,88	-0,50	0,25	0,69	1,52	(0,83)	0,68
2003	0,42	0,88	-0,46	0,21	0,66	1,52	(0,86)	0,73
2004	0,35	0,88	-0,53	0,28	0,50	1,52	(1,02)	1,03
2005	0,39	0,88	-0,49	0,24	0,52	1,52	(1,00)	0,99
2006	0,89	0,88	0,01	0,00	1,17	1,52	(0,35)	0,12
2007	1,52	0,88	0,64	0,41	1,89	1,52	0,38	0,14
2008	1,61	0,88	0,73	0,54	1,85	1,52	0,34	0,11
2009	2,13	0,88	1,25	1,57	2,35	1,52	0,84	0,70
2010	2,43	0,88	1,55	2,42	2,57	1,52	1,06	1,11
Soma	14,08	14,08	0,00	7,00	24,24	24,24	0,00	10,11

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

*Valores originais, em bilhões de reais.

**Realizada a partir da média dos valores observados.

***Valores originais ajustados monetariamente pelo IGP-DI.

ANEXO A – Índices Gerais de Preços - Disponibilidade Interna (1995-2011)

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL*	MÉDIO**
1995	1,36	1,15	1,81	2,30	0,40	2,62	2,24	1,29	-1,08	0,23	1,33	0,27	14,77%	7,13%
1996	1,79	0,76	0,22	0,70	1,68	1,22	1,09	0,00	0,13	0,22	0,28	0,88	9,33%	4,56%
1997	1,58	0,42	1,16	0,59	0,30	0,70	0,09	-0,04	0,59	0,34	0,83	0,69	7,48%	3,67%
1998	0,88	0,02	0,23	-0,13	0,23	0,28	-0,38	-0,17	-0,02	-0,03	-0,18	0,98	1,71%	0,85%
1999	1,15	4,44	1,98	0,03	-0,34	1,02	1,59	1,45	1,47	1,89	2,53	1,23	19,99%	9,54%
2000	1,02	0,19	0,18	0,13	0,67	0,93	2,26	1,82	0,69	0,37	0,39	0,76	9,80%	4,79%
2001	0,49	0,34	0,80	1,13	0,44	1,46	1,62	0,90	0,38	1,45	0,76	0,18	10,40%	5,07%
2002	0,19	0,18	0,11	0,70	1,11	1,74	2,05	2,36	2,64	4,21	5,84	2,70	26,41%	12,43%
2003	2,17	1,59	1,66	0,41	-0,67	-0,70	-0,20	0,62	1,05	0,44	0,48	0,60	7,67%	3,76%
2004	0,80	1,08	0,93	1,15	1,46	1,29	1,14	1,31	0,48	0,53	0,82	0,52	12,13%	5,89%
2005	0,33	0,40	0,99	0,51	-0,25	-0,45	-0,40	-0,79	-0,13	0,63	0,33	0,07	1,22%	0,61%
2006	0,72	-0,06	-0,45	0,02	0,38	0,67	0,17	0,41	0,24	0,81	0,57	0,26	3,79%	1,88%
2007	0,43	0,23	0,22	0,14	0,16	0,26	0,37	1,39	1,17	0,75	1,05	1,47	7,89%	3,87%
2008	0,99	0,38	0,70	1,12	1,88	1,89	1,12	-0,38	0,36	1,09	0,07	-0,44	9,10%	4,45%
2009	0,01	-0,13	-0,84	0,04	0,18	-0,32	-0,64	0,09	0,25	-0,04	0,07	-0,11	-1,43%	-0,72%
2010	1,01	1,09	0,63	0,72	1,57	0,34	0,22	1,10	1,10	1,03	1,58	0,38	11,30%	5,50%
2011	0,98	0,96	0,61	0,50	0,01	-0,13	-0,05	0,61	0,75	0,40	0,43	-0,16	5,01%	2,47%

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2012).

*Índice acumulado nos últimos doze meses do ano civil de referência.

**O fator médio representa a divisão do índice anual por dois (por simplificação).

ANEXO B – Histórico de metas para a inflação no Brasil



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Histórico de Metas para a Inflação no Brasil

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
1999			8	2	6-10	8,94
2000	Resolução 2.615	30/6/1999	6	2	4-8	5,97
2001			4	2	2-6	7,67
2002	Resolução 2.744	28/6/2000	3,5	2	1,5-5,5	12,53
2003*	Resolução 2.842	28/6/2001	3,25	2	1,25-5,25	
	Resolução 2.972	27/6/2002	4	2,5	1,5-6,5	9,30
2004*	Resolução 2.972	27/6/2002	3,75	2,5	1,25-6,25	
	Resolução 3.108	25/6/2003	5,5	2,5	3-8	7,60
2005	Resolução 3.108	25/6/2003	4,5	2,5	2-7	5,69
2006	Resolução 3.210	30/6/2004	4,5	2	2,5-6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/6/2005	4,5	2	2,5-6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/6/2006	4,5	2	2,5-6,5	5,90
2009	Resolução 3.463	26/6/2007	4,5	2	2,5-6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	1/7/2008	4,5	2	2,5-6,5	5,91
2011	Resolução 3.748	30/6/2009	4,5	2	2,5-6,5	6,50
2012	Resolução 3.880	22/6/2010	4,5	2	2,5-6,5	
2013	Resolução 3.991	30/6/2011	4,5	2	2,5-6,5	
2014	Resolução 4.095	28/6/2012	4,5	2	2,5-6,5	

Fonte: Banco Central do Brasil (2013).

*A Carta Aberta, de 21/11/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.